

**FACULDADES INTEGRADAS DE TAQUARA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
REGIONAL MESTRADO**

**SUCCESSÃO NA PRODUÇÃO AGRÍCOLA FAMILIAR: AÇÕES ESTRATÉGICAS
UTILIZADAS PELA COOPERATIVA DE LATICÍNIOS PIÁ DE NOVA
PETRÓPOLIS/RS**

SUSANA MARIA CZYZA BANGEL

**Taquara-RS
2017**

SUSANA MARIA CZYZA BANGEL

**SUCESSÃO NA PRODUÇÃO AGRÍCOLA FAMILIAR: AÇÕES ESTRATÉGICAS
UTILIZADAS PELA COOPERATIVA DE LATICÍNIOS PIÁ DE NOVA
PETRÓPOLIS/RS**

Dissertação apresentada para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional – Faccat – Taquara-RS.

Orientador: Prof^o Dr. Jorge L. Amaral de Moraes

**Taquara-RS
2017**

Prezado agricultor, sua importância é tanta, que um velho sábio dizia: “quem cuida, semeia ou planta, aos céus faz poesia”.

Meu caro e bom inventor, desde a hóstia sacrossanta ao pão que o ancestral comia

Vem do teu labor que encanta o fruto que nos sacia.

(Geovane Alves de Andrade)

AGRADECIMENTOS

A Deus, pelas graças alcançadas todos os dias.

Ao meu esposo e companheiro Carlos e minha filha Livia, pelo apoio, compreensão nos momentos difíceis e pela alegria cotidiana que fazem meus dias serem especiais por ter vocês ao meu lado.

À minha querida irmã, Carmen, pelo incentivo e compreensão.

Às minhas amigas Daia, por me acompanhar nas aventuras durante as entrevistas, Rose e Guiga na compreensão pelas ausências em nossos encontros.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Jorge Luiz Amaral de Moraes, pela disponibilidade, paciência e generosidade. Realmente, um ser humano incrível.

Aos demais professores doutores que integram o corpo docente do Mestrado em Desenvolvimento Regional, em especial ao professor doutor Mário Riedl, sempre gentil e solícito.

À querida Andressa Soares por todas as vezes na quais, prontamente, atendeu todas as solicitações sempre com um sorriso imenso.

À querida Prof^a Dinha pelo profissionalismo e paciência nas horas de desespero.

À FACCAT, instituição na qual fiz minha formação acadêmica, mais especificamente a todos os docentes que de alguma forma contribuíram na minha formação.

A todos aqueles que, de uma ou de outra maneira, me auxiliaram neste mestrado, com enorme carinho, muito obrigada.

RESUMO

Este estudo investiga as contribuições do cooperativismo no auxílio à permanência do jovem no campo, apresentando o caso da Cooperativa Agropecuária Piá, localizada em Nova Petrópolis, no Rio Grande do Sul. Esse município é reconhecido como a capital nacional do cooperativismo em função do sucesso do sistema implantado há várias décadas. A eficácia desse sistema é caracterizada pelo nível de participação dos associados, mesmo diante de todas as dificuldades enfrentadas pelos agricultores rurais, mas que conseguem transpor os obstáculos que costumam surgir em determinados períodos. Atualmente, a constante saída dos jovens do meio rural para o meio urbano tem sido tema de constantes estudos de diversos autores. Essa problemática atinge diretamente a cooperativa de laticínios do município e fez com que novas iniciativas precisassem ser tomadas no sentido de minimizar esse problema. Uma dessas iniciativas, objeto deste estudo, é o curso de Gestão da Pecuária Leiteira, que oferece disciplinas de Desenvolvimento Rural, Empreendedorismo Rural e Gestão da Propriedade. Foram realizadas entrevistas com dirigentes e associados da cooperativa. O estudo analisou a real eficácia desse projeto na prática, a partir de entrevistas com os associados que participaram da primeira turma no ano de 2014. Ficou evidente que a importância da educação para uma mudança cultural da imagem e do papel do agricultor. O estudo foi elaborado com base, também, no levantamento bibliográfico sobre a importância da agricultura familiar, as contribuições do cooperativismo e da educação, pautadas no auxílio ao processo de sucessão na agricultura familiar.

Palavras-chave: Agricultura familiar; Sucessão Agrícola; Cooperativismo e educação.

ABSTRACT

This study investigates the contributions of cooperativism in helping the youth stay in the field, presenting the case of Cooperativa Agropecuária Piá, located in Nova Petrópolis, Rio Grande do Sul. This municipality is recognized as the national capital of cooperativism due to the success of the system implemented several decades ago. The efficacy of this system is characterized by the level of participation of members, even in the face of all the difficulties faced by rural farmers, but they are able to overcome the obstacles that often arise during certain periods. Currently, the constant departure of young people from the rural to the urban environment has been the subject of constant studies by several authors. This problem directly affects the dairy cooperative of the municipality and made necessary the implementation of new initiatives in order to minimize this problem. One of these initiatives, the subject of this study, is the Dairy Cattle Management Course, which offers courses in Rural Development, Rural Entrepreneurship and Property Management. Interviews were conducted with leaders and members of the cooperative. The study analyzed the actual efficacy of this project in practice, from interviews with associates who participated in the first class in the year 2014. It became clear that the importance of education for a cultural change of the image and the role of the farmer. The study was also based on a bibliographical survey about the importance of family farming, the contributions of cooperativism and education, based on the aid to the succession process in family agriculture.

Keywords: Family agriculture; Agricultural succession; Cooperativism and education.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	11
2 AGRICULTURA E SUCESSÃO FAMILIAR.....	16
2.1 Agricultura familiar.....	16
2.1.2 Sucessão familiar: preparação para a continuidade da produção agrícola familiar	21
2.2 A educação como principal pilar de apoio para a continuidade no campo.....	28
2.3 O cooperativismo.....	35
2.3.1 Breve histórico do cooperativismo.....	35
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	41
3.1 Universo e amostra	41
3.2 Coleta de dados.....	42
3.3 Breve histórico de Nova Petrópolis.....	43
3.3.1 Cooperativismo em Nova Petrópolis.....	45
3.3.2 Cooperativa Piá.....	47
3.4 Curso de Gestão da Pecuária Leiteira.....	51
4 ANÁLISES DOS RESULTADOS.....	56
4.1 Orientações da cooperativa sobre Gestão da Pecuária Leiteira (GPL).....	57
4.2 A política de capacitação da cooperativa do ponto de vista dos familiares associados participantes.....	61
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	70
REFERÊNCIAS	73
APÊNDICES.....	77

LISTAS DE QUADROS

Quadra 1 - Comparativo entre empresas cooperativas e empresa mercantil.....	37
Quadro 2 - Projetos sociais promovidos e/ou patrocinados pela Cooperativa Piá.	50
Quadro 3 - Cronograma dos módulos GPL/Piá.....	51

LISTAS DE TABELAS

Tabela 1 - Dados Populacionais e Territoriais de Nova Petrópolis.....	46
Tabela 2 - Dados referentes aos produtores e a produção de leite no Rio Grande do Sul	51
Tabela 3 – Faixa etária dos entrevistados	66

LISTAS DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Distribuição Populacional do Rio Grande do Sul 12.....	13
--	----

LISTA DE ABREVIATURAS

ACI – Aliança Cooperativa Internacional

CFR – Casa Familiar Rural

COOP – Portal do Cooperativismo Financeiro

GPL – Curso de Gestão da Pecuária Leiteira

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário

MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

OCB – Organização das Cooperativas Brasileiras

OCBMT – Sindicato e Organização das Cooperativas Brasileiras no estado do Mato Grosso

OCEB - Portal Baiano das Cooperativas

OCERGS – Sindicato e Organização das Cooperativas do estado do RS

ONU – Organização das Nações Unidas

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

SESCOOP - Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo

SENAR – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural

1 INTRODUÇÃO

A agricultura familiar traz diversas contribuições para a alimentação mundial, por ser responsável por grande parte da produção dos alimentos que chegam à mesa da população todos os dias. Registra-se que esse tipo de agricultura tem passado por diversas dificuldades, porém, ao invés de enfraquecer, se mantém produzindo alimentos e gerando empregos. A cultura familiar é a base de sua sobrevivência até os dias atuais. O tema ainda é muito explorado em estudos e pesquisas científicas realizadas por diversos autores. Esse fator demonstra ainda mais a importância desse setor, uma vez que mobiliza meios acadêmicos, órgãos sociais e políticas públicas.

A permanência dos filhos dos agricultores no campo, em décadas passadas, não representava um problema a ser discutido em família, pelo contrário, os filhos cresciam com pensamento focado em continuar o legado dos seus pais, desconheciam outras realidades e permaneciam no meio rural automaticamente. As discussões que surgiam no ambiente familiar, na maioria das vezes, aconteciam quando os filhos demonstravam falta de interesse pelos estudos, ou seja, queriam ficar apenas em casa e aprender com o pai o que era preciso para manter a propriedade quando chegasse sua vez.

Vale frisar que, com a modernização agrícola, surgiu um novo ambiente rural e, com ele, novas formas de pensamentos foram também surgindo entre os filhos dos agricultores. Deste modo, foram configurando-se novas realidades surgindo de maneira concomitante com as dificuldades enfrentadas no campo, que acabaram fazendo com que os jovens migrassem de forma incessante para os centros urbanos em busca de novas perspectivas de melhoria de vida. O surgimento das agroindústrias em meio rural e as escolas fornecendo cursos noturnos propiciaram aos jovens uma oportunidade de trabalhar e estudar fora da propriedade indo para a casa apenas para dormir, restando assim segundo Abramovay (2005) poucas alternativas viáveis dentro do modelo de agricultura convencional.

Atualmente o meio rural enfrenta o problema da sucessão familiar, que afeta não apenas as regiões rurais do país, mas sim grande parte da população rural mundial. Por diversas razões que serão apresentadas mais adiante, os jovens continuam a abandonar o campo em busca de outras formas de trabalho menos

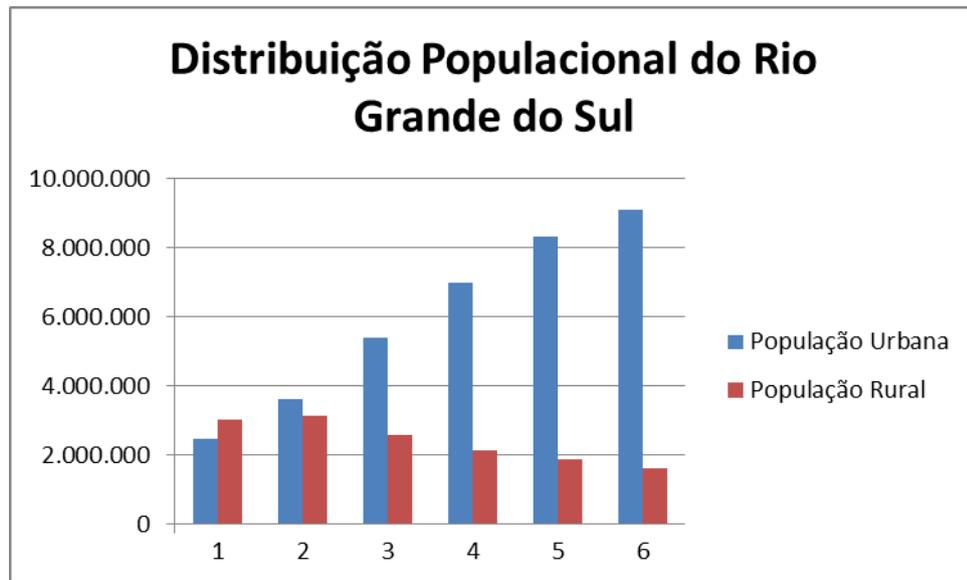
árduas e com maior acesso às modernizações urbanas. Constatase que uma série de medidas precisam ser tomadas no sentido de reverter o quadro existente, pois os jovens buscam, cada vez mais, trocar a vida do campo pela dos centros urbanos. As famílias rurais estão se diluindo e a preocupação com a continuidade produtiva tem relevante importância para toda a sociedade, não sendo possível mais as entidades ligadas ao meio rural permanecerem inativas nesse processo. O futuro da agricultura familiar, depende diretamente da permanência dos familiares mais jovens no campo.

Essa problemática alcançou todas as esferas do agronegócio¹, tanto num contexto mundial, quanto nos contextos regionais que apresentam forte presença de agricultores familiares. A população rural está envelhecendo, diminuindo e o que vinha sendo feito pelos governos para auxiliar nessa questão tem se mostrado insuficiente, uma vez que é preciso consolidar alianças entre diversas fontes no sentido de buscar soluções imediatas. São destacadas projeções que evidenciam o quanto será difícil, no ano de 2050, por exemplo, garantir a alimentação de 9 bilhões de habitantes do planeta. Para suprir essa demanda, então, a produção deverá aumentar em 60% em alimentos e 40% em água para conseguir alimentar toda essa população de acordo com dados da ONU (Organização das Nações Unidas, 2016). Por isso, manter as zonas rurais e estimular a população para que continue a viver e produzir no campo figura como uma das preocupações de órgãos governamentais do mundo todo. Neste contexto, encontra-se a pergunta que permeou este estudo: tendo em vista a constante e histórica redução da população rural no país, o que pode ser feito para enfrentar o problema da sucessão e administração na agricultura familiar?

O gráfico abaixo demonstra a mudança significativa na distribuição da população do Rio Grande do Sul entre 1960 a 2010:

¹ Conceito que surgiu através da integração da agricultura aos setores industriais de fornecimento de insumos, de um lado, e de processamento e de distribuição do outro. Ele abrange todas as transformações associadas aos produtos agrícolas, desde a produção de insumos, passando pela unidade agrícola, processamento e distribuição até o consumidor final. (RUFINO, 1999)

Gráfico 1 - Distribuição Populacional do Rio Grande do Sul



Fonte: IGBE 2010.

O gráfico representa na cor azul a população urbana e na cor vermelha a população rural distribuída no estado. Está dividido em décadas sendo o número 1 a década de 60, número 6 o ano de 2010. É possível observar que década após décadas a diminuição da população rural e o significativo aumento da população urbana. Esse quadro é constante e preocupante no ponto de vista social e econômico.

Cabe salientar que os agricultores também se diferenciam quanto à sustentabilidade, principalmente em função de suas práticas ambientais, isto é, produzem em pequena escala e com menor utilização de agrotóxicos que contaminam o solo. Desta forma, contribuem ainda na produção dos alimentos orgânicos, cada vez mais visados por uma parcela da população que busca uma alimentação saudável. A procura por alimentos orgânicos tem crescido gradativamente nos últimos anos e, nesse caso, a produção familiar alcança destaque competitivo bastante expressivo com qualidade e responsabilidade socioambiental.

As cooperativas, com seu modelo pautado em um modelo de maior integração entre associado e empresa, destacam-se como uma parceria eficaz e necessária para a vida do produtor agrícola. As cooperativas auxiliam no fortalecimento da agricultura familiar, ao fazer com que os produtores possam ter acesso ao mercado competitivo, aos financiamentos, bem como a manter-se

informado quanto às novas tecnologias e inovações. De maneira geral, é notório o fato de que a união caracteriza a força propulsora que impulsiona o desenvolvimento. O modelo cooperativo encontra, no modelo familiar de agricultura, semelhanças que os fortalecem e fazem com que consigam manter parcerias constantes. As cooperativas agropecuárias em conjunto com o setor de agronegócio cooperativo, constituem o segmento que apresenta o maior número de cooperativas reunidas: 148 cooperativas totalizando 31.148 associados no estado do Rio Grande do Sul segundo o SENAR (Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo, 2014).

As cooperativas agropecuárias estabelecidas em municípios que, ao longo dos anos, se desenvolveram por intermédio da união entre o sistema cooperativista e a agricultura familiar, como uma forma de fortalecimento único e eficaz, passaram a verificar a necessidade de atuar em favor do futuro da agricultura familiar. Com a colaboração importante dos produtores de leite, a Cooperativa Agropecuária Piá se mantém fortemente estabelecida no município de Nova Petrópolis, na Serra Gaúcha. O leite que abastece a cooperativa é fornecido pelos seus associados produtores rurais do município e região. Tais produtores estão vivenciando em suas propriedades o complexo problema da sucessão familiar. Um grande contingente de jovens produtores associados da cooperativa se tornou o principal público-alvo de projetos que visam auxiliar no tocante ao interesse dos produtores mais jovens e/ou filhos de produtores em permanecer na propriedade e na produção para que, assim, seja possível dar continuidade ao futuro dos estabelecimentos rurais, das cooperativas e ao desenvolvimento da região.

O objetivo geral deste estudo é analisar a contribuição da Cooperativa Piá para auxiliar na solução da problemática da sucessão familiar de sus associados. De modo mais específico, buscou-se identificar as formas de treinamento, programas ou políticas implementados pela cooperativa e direcionados aos componentes familiares. Com isso, descrever os resultados, bem como evidenciar se tais treinamentos e programas foram satisfatórios, assim como identificar se há entre os mais jovens quais aspectos motivacionais que possam tornar viáveis sua permanência nas propriedades rurais dos município.

Justifica-se a realização deste estudo como forma de contribuição para o desenvolvimento regional-rural, uma vez que a permanência do agricultor familiar no campo é de grande importância para população urbana e para o cooperativismo,

outra potência geradora de auxílio ao fortalecimento da agricultura familiar. O resultado do estudo está dividido em capítulos e subcapítulos para melhor descrever os temas necessários. No tocante ao desenvolvimento e a conclusão, a divisão se contempla da seguinte forma: agricultura familiar, contextualizando as principais mudanças das últimas décadas e as dificuldades em conceituar de maneira eficaz o termo agricultura familiar, autores consultados para esse capítulo são, Abramovay (1997 e 1998), Gazolla e Schneider (2013), Mattei (2014), entre outros. Na sequência, é apresentado o tema da sucessão familiar com os impasses que prejudicam uma transição mais amena e efetiva nos lares rurais. Neste contexto entram alguns autores como, Spanevello e Lago (2008), Schneider e Oliveira (2009) e Gasson e Errington (1993). O capítulo sobre educação, pilar de apoio para uma mudança da cultura acerca da visão do jovem sobre a sua realidade no campo, usa a educação como ferramenta para atingir um novo conceito sobre a autoimagem do homem camponês, tal como reforçam Caliari (2002), Veiga e Fonseca (2001) e Jesus (2011), ao discorrer sobre a importância da educação como base inicial para uma mudança efetiva.

Os resultados, por conseguinte, são apresentados com base na estruturação compilada das respostas dos entrevistados/associados, assim como a transcrição da entrevista realizada com o presidente da cooperativa. Tais resultados estão expostos para verificação e avaliação das respostas. Por fim, são apresentadas as considerações finais, que, de forma resumida, compacta todas as informações obtidas e encontra a conclusão dos objetivos propostos por este estudo.

2 AGRICULTURA E SUCESSÃO FAMILIAR

Este capítulo apresenta o embasamento teórico necessário para a realização da investigação proposta. Nesse sentido, foram destacados aspectos acerca da sucessão na agricultura familiar, ou seja, uma problemática vivenciada no dia a dia atuais no meio rural. A revisão apresentada tem o intuito de contextualizar e evidenciar a importância dessa temática. Foram abordados os principais desafios que permeiam a sucessão da produção familiar e exposto um breve histórico dos aspectos mais relevantes a respeito da agricultura familiar nas últimas décadas.

2.1 Agricultura familiar

A agricultura figura como objeto de estudos e debates nas mais diversas áreas, entre estudiosos e entidades governamentais, considerando a sua importância para a sobrevivência do meio rural, ao ser responsável por uma parcela significativa dos alimentos consumidos pela população. Até a década de cinquenta, os trabalhadores rurais eram denominados camponeses, cuja característica principal, segundo Mendras (1978) citado por Weisheimer (2009), era a estrutura do grupo doméstico e sua organização na vida social e econômica da coletividade. Tal como é frisado também por Weisheimer (2009), as sociedades camponesas destacavam-se pelas relações personificadas e seus vínculos sociais tradicionais.

Os camponeses eram observados por intermédio da sua cultura tradicional e organização econômica. Seu plantio era de subsistência e todos os familiares trabalhavam juntos. A partir disso, as novas formas de integração social e econômica alteraram as dinâmicas internas das unidades familiares. Abramovay (1998) destaca que a base familiar da agricultura, ao integrar-se com o mercado capitalista, fez com que sua característica de campesinato fosse alterada. Nessa mesma perspectiva, Schneider e Niederle (2008) acrescentam que, quanto mais envolvida a agricultura familiar estiver em suas relações sociais, econômicas e mercantis, maior será seu distanciamento do modo camponês de viver.

Denomina-se por agricultura familiar a proposta das relações familiares não salariais. Abramovay (1998), citado em Weisheimer (2009), fundamenta ainda.

que no capitalismo “não há atividade econômica em que o trabalho e a gestão se estruturam tão fortemente em torno de vínculos de parentesco e onde a participação de mão de obra contratada seja tão importante” como na agricultura familiar. Essas características fazem da agricultura familiar um modelo único na economia (ABRAMOVAY, 1998, p. 101).

O campesinato pode ainda ser descrito como uma forma singular de agricultura familiar. Entretanto, embora persistam algumas semelhanças e correspondências entre ambos, a agricultura familiar distingue-se do campesinato por suas relações mercantilizadas (WEISHEIMER, 2009). No Brasil, atualmente, está condicionado à Lei n. 11.326 de 24 de julho de 2006, utilizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para caracterizar o estabelecimento como agricultura familiar de maneira a atender as condições estabelecidas. Refere-se a seguinte Lei:

Art. 3º Para os efeitos desta Lei, considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;

II - utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;

III - tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento;

IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

§ 1º O disposto no inciso I do caput deste artigo não se aplica quando se tratar de condomínio rural ou outras formas coletivas de propriedade, desde que a fração ideal por proprietário não ultrapasse 4 (quatro) módulos fiscais.

§ 2º São também beneficiários desta Lei:

I - silvicultores que atendam simultaneamente a todos os requisitos de que trata o caput deste artigo, cultivem florestas nativas ou exóticas e que promovam o manejo sustentável daqueles ambientes;

II - agricultores que atendam simultaneamente a todos os requisitos de que trata o caput deste artigo e explorem reservatórios hídricos com superfície total de até 2ha (dois hectares) ou ocupem até 500m³ (quinhentos metros cúbicos) de água, quando a exploração se efetivar em tanques-rede;

III - extrativistas que atendam simultaneamente aos requisitos previstos nos incisos II, III e IV do caput deste artigo e exerçam essa atividade artesanalmente no meio rural, excluídos os garimpeiros e fiscadores;

IV - pescadores que atendam simultaneamente aos requisitos previstos nos incisos I, II, III e IV do caput deste artigo e exerçam a atividade pesqueira artesanalmente. (IBGE, 2009)

Por não figurar como um conceito universal, o censo do IBGE, ao atentar para a prevalência do que é estabelecido pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), adota as diretrizes da Lei 11.326, que regulamenta a formulação de políticas públicas voltadas para essa categoria, tais como: Programa Nacional de

Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e Empreendimentos Familiares Rurais. Vale salientar, ainda com o intuito de evidenciar a caracterização da agricultura familiar, no sentido de esclarecer a mudança na maneira como é denominada, os pilares apontados por Abramovay (1997), citado por Weisheimer (2009), como os principais dessa categoria são descritos da seguinte forma:

A agricultura familiar é aquela em que a gestão, a propriedade e a maior parte do trabalho vêm da de indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou casamento. Que esta definição não seja unânime e muitas vezes tão pouco operacional é perfeitamente compreensível, já que os diferentes setores sociais e suas representações constroem categorias científicas que servirão a certas finalidades práticas: a definição de agricultura familiar, para fins de atribuição de crédito pode não ser exatamente a mesma daquela estabelecida com finalidades de quantificação estatística em um estudo acadêmico. O importante é que estes três atributos básicos (gestão, propriedade e trabalho familiar) estão presentes em todas elas. (ABRAMOVAY, 1997, p.3)

Os atributos básicos que acompanham a agricultura familiar estão pautados no termo “familiar”, pois as propriedades (terras) pertencem a cada família, são gerenciadas pelos familiares, bem como o trabalho é exercido por todos os seus membros. Com efeito, encontrar uma definição para esse modo de trabalho rural é importante, em especial por ser reconhecido como sistema gerador de desenvolvimento e sustentação do meio rural brasileiro. Registra-se a existência de programas de apoio à agricultura, que beneficiam os agricultores com base nas facilidades no tocante à obtenção de linhas de créditos. Assim, impulsiona-se a compra de equipamentos e maquinário, animais para produção, lotes de terras, entre outros. Para que esses programas atinjam seus objetivos, eles necessitam ser bem estruturados e saber exatamente o público que irão beneficiar.

O PRONAF (Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar), criado na década de 1990, destaca-se como um reconhecimento da importância desse segmento. Azevedo e Pessoa (2011) complementam que, por intermédio dos relatórios publicados pelo INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) e FAO (*Food and Agriculture Organization*), foram surgindo novas diretrizes de políticas agrárias e desenvolvimento sustentável contribuindo com maior visibilidade para os agricultores de pequeno porte. O PRONAF é uma política pública não-compensatória que traz benefícios para o espaço agrário (AZEVEDO e PESSÔA, 2011).

Para Freitas e Freitas (2013), o reconhecimento da heterogeneidade social e os alicerces que sustentam as organizações no meio rural, são fundamentais para compor as políticas públicas, que não podem mais ser construídas com base em modelos pré-concebidos e com caráter prescritivos. Guanzioli et. al (2012) também discorrem sobre a relevância da ocorrência de uma melhor análise frente às políticas públicas existentes, visto que a agricultura familiar, no Brasil, possui diversos segmentos e, para que se possa pensar com precisão nessas políticas, é essencial identificar todas as suas possíveis diferenciações.

Grisa et al. (2014), em contra partida, discorrem que, embora devam ser levados em conta os investimentos gerados pelo PRONAF, os pequenos agricultores ainda encontram problemas diante de processos burocráticos e dependência para obter crédito rural. Tais obstáculos, algumas vezes, acabam por beneficiar os mais capitalizados. Com isso, é preciso, segundo Gazolla e Schneider (2013), que o PRONAF, enquanto política pública, passe por readequações diante das novas realidades e possa ajustar seu foco nas necessidades da agricultura e suas atuais dimensões.

Neste contexto, alguns autores consideram que as políticas públicas criadas até o momento para benefício da agricultura familiar, não se tornaram ainda efetivas como deveriam ser, mas que, ainda assim, persistem ampliando gradativamente a quantidade de agricultores beneficiados. Mattei (2014) complementa, em contexto histórico-estrutural, que a agricultura familiar:

Apesar de sofrer perdas de renda e ter dificuldades aos benefícios das políticas públicas, esta é uma forma de produção que procura estabelecer sistemas produtivos focados na biodiversidade, na valorização do trabalho familiar, na inclusão de jovens e de mulheres, na produção de alimentos destinados a segurança alimentar e nutricional da população brasileira e na promoção de democratização do acesso à terra e aos demais meios de produção, como estratégia de construção do desenvolvimento rural sustentável (MATTEI, 2014, p. 85)

Para Guilhoto et. al. (2006), a agricultura familiar destaca-se na geração de riqueza do país. Na agricultura de pequeno porte, encontram-se os agricultores de plantio de subsistência, que conseguem manter, apesar das constantes desilusões no campo, um perfil coerente que caracteriza a união existente entre a família e a sua atividade produtiva.

Esse perfil, característico da produção familiar, assegura a qualidade da alimentação da população. Todavia, os alimentos produzidos por intermédio da agricultura familiar, em menor escala, conferem maior dedicação do produtor e menor uso de aditivos químicos. Nesse contexto, configura-se uma das principais diferenças em relação ao agronegócio, uma vez que atende exclusivamente o mercado externo e, objetivando lucro, faz uso de agrotóxicos, demasiado uso de sementes transgênicas e, com isso, desestabilizam o meio ambiente (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, 2016). Cabe ressaltar também que, a partir da agricultura familiar, principalmente a de autoconsumo, tem-se maior acesso aos produtos de qualidade e alimentos mais saudáveis. O que é produzido e não consumido (excedentes) é vendido para que novas compras sejam realizadas, isto é, tudo aquilo que os produtores familiares não dispõem por meio da sua própria produção.

O papel que a agricultura familiar desempenha, conforme é ressaltado por Mattei (2014), vai além de aspectos produtivos, sendo decisivo quanto à preservação dos recursos naturais e a ocupação do espaço por pessoas, comparado as regiões de predomínio do agronegócio nas quais a produção é, em larga escala, direcionada ao mercado internacional. Esse autor considera, ainda, que é relevante levar em conta o desempenho da agricultura familiar em manter, sob sua responsabilidade, as ocupações rurais, possuindo um número nove vezes maior que os estabelecimentos agropecuários não familiares. Por fim, o autor argumenta que toda a sociedade se beneficia com a qualidade e diversidade de alimentos produzidos em ambientes naturais. Registra-se também, em termos produtivos, a produção de alimentos básicos, a disponibilidade interna de alimentos para a população de alimentos para a população auxiliando no controle da inflação.

Contudo, a agricultura familiar é ainda apontada como melhor opção para seguir no tocante à agricultura e a sustentabilidade, pois confere a esse modelo um planejamento de longo prazo, no qual são encaixados os sistemas familiares e o modelo do cooperativismo (GLOBAL FARMERS MASTER CLASS, 2014). Desse modo, não se trata de uma problemática individual, com discussões individuais, mas sim de maneira coletiva, com interesses coletivos, para beneficiar as próximas gerações.

O Brasil tem uma excelente chance de atingir o rol dos países ricos se souber aproveitar as oportunidades. Para isso, é necessário preparo em termos educacionais e de qualificação profissional para um mercado competitivo (*GLOBAL FARMERS MASTER CLASS*, 2014). Salienta-se que o país tem dois eixos seguir, ou seja, a preparação dos jovens e a qualificação dos adultos que costumam compor a maior parte da mão de obra. Dessa maneira, qualificar a mão de obra existente auxilia na abertura de caminhos para preparação dos mais jovens. Assim, os pais percebem que existe uma nova realidade e que os filhos precisam fazer parte dela o mais cedo possível. É necessário encontrar novos caminhos para auxiliar na sucessão, pois não se trata apenas da transferência de terras, mas dos conhecimentos de uma geração inteira, que manteve-se, ao longo dos anos, sob a responsabilidade da produção de parte dos alimentos que integram a mesa de toda população (*GLOBAL FARMERS MASTER CLASS*, 2014).

Estando o país integrados com as novas tecnologias e inovações, abrem caminhos para novas formas de produção, com mais qualidade e menor mão de obra pesada, utilizando assim o seu papel como patriarca para auxiliar na motivação de seus filhos caminhando juntos para um processo sucessório mais eficaz.

2.1.2 Sucessão familiar: preparação para a continuidade da produção agrícola familiar

A agricultura familiar tornou-se um modelo dominante, visto que um número significativo de fazendas é proveniente de propriedades familiares, seguindo de geração em geração. Conhecendo, entre outros aspectos, o que isso representa em termos econômicos, sociais e sustentáveis, é possível concluir que manter esse setor produtivo é de extrema importância, pois sua extinção acarretaria prejuízos para toda a sociedade. O que está sendo discutido não é apenas o futuro desses agricultores, mas sim, o futuro do mundo todo, na medida em que nos dirigimos para uma crise mundial que pode atingir a distribuição de alimentos com consequências políticas, econômicas e sociais em uma escala sem precedentes (*GLOBAL FARMERS MASTER CLASS*, 2014). A cada minuto, vale ressaltar, 158 pessoas precisam ser alimentadas em decorrência do aumento populacional na maioria em regiões emergentes e em desenvolvimento.

A população aumenta, enquanto diminuiu a população rural, que produz a grande maioria dos alimentos consumidos no mundo todo. No total, a população mundial deverá passar dos 7 bilhões atuais para mais de 9 bilhões, em 2050, essa projeção foi evidenciada no evento que discutiu o futuro mundial da agricultura familiar e seus futuros sucessores (*GLOBAL FARMERS MASTER CLASS*, 2014). A continuidade do homem no campo, anteriormente, era considerada uma problemática das famílias detentoras de grandes lotes de terras ou com empresas. Atualmente, é possível visualizar essa questão em diversas famílias rurais, sejam elas detentoras de grandes ou pequenas propriedades.

Fazendas maiores e mais produtivas financeiramente tendem a ter menos problemas com a sucessão, talvez por apresentarem mais acesso à informação, e condições de buscar ajuda de terceiros. Em negócios familiares, a família pode ser sua maior força ou sua maior fraqueza. Spanevello e Lago (2008), apontam em seus estudos que dependerá da existência, ou não, de um sucessor na família para determinar o destino final da propriedade e distribuição da herança. As famílias decidem a distribuição não apenas de sua herança, mas do futuro de uma propriedade produtiva geradora de renda.

O termo sucessão significa dar continuidade, prosseguir com algo que já existe, ou ainda, ação de quem assume o trabalho de outra pessoa, substituição. Para a área jurídica, significa transmissão dos direitos e bens de quem faleceu, herança (*CÓDIGO CIVIL*, 2002)

Para melhor compreensão:

Sucessão significa transferência por morte, da herança ou, então, do legado, ao herdeiro/legatário, em razão de lei ou testamento. A sucessão também pode ser caracterizada pelo ato jurídico por meio do qual uma pessoa substitui outra em seus direitos e obrigações, trazendo consequências na relação entre pessoas vivas, como na morte de alguém. Admite-se, assim, duas formas de sucessão: inter vivos e causa mortis, respectivamente. A herança é o conjunto de direitos e obrigações que se transmite àquele que sucede, por isso, não se confunde com a sucessão em estudo. (Art. 1829, Código Civil, 2002)

As famílias, de modo geral, preocupam-se não somente com o fato de quem irá manter o patrimônio conquistado ao longo dos anos, mas sim em como irá mantê-lo. A atividade agrícola envolve emoção, é um trabalho pautado no amor e não apenas no valor ou lucro que pode gerar. Encontrar quem suceda um trabalho pautado nessas características deve estar dentro do âmbito familiar. Em

contrapartida, na prática, mesmo que o termo sucessão e herança apareçam no dicionário como sinônimos, é nesse ponto que muitas discussões familiares começam e acabam sendo estendidas até o falecimento do patriarca, sem que tenha sido feita uma transição satisfatória do patrimônio que beneficie a todos os envolvidos.

Determinadas famílias, baseadas em suas crenças, culturas e padrões, possuem dificuldades e/ou resistências em preparar a transferência de seu patrimônio aos seus herdeiros. Em parte, isso ocorre porque o termo herança simboliza a morte de um ente familiar. Trata-se de uma cultura globalizada a resistência entre os entes familiares quando o assunto é herança por trazer o simbolismo da finitude da vida. Seguindo a linha de pensamento iniciada no parágrafo anterior, Spanevello e Lago (2008) complementam que algumas famílias de agricultores preferem não programar um acerto de divisão ainda em vida, para deixar que os familiares decidam após sua morte, isso se dá por receio também de não agradar a todos os membros da família.

Entre os termos herança e sucessão, cabe ressaltar, não necessariamente quem herdar a propriedade irá mantê-la produtiva, essa função é do sucessor. Spanevello e Lago (2008) cita sucessão como um processo de socialização dos filhos desde crianças com as atividades agrícolas produzidas pela família. A informação é a ferramenta principal para evitar possíveis conflitos. Se a família buscar compreender melhor um processo de herança e sucessão, e estar de ciente de que ambas possuem diferentes formas de serem conduzidas, menores serão as chances de geração de conflito entre seus membros. Salientam Gasson e Errington (1993) que herança e sucessão representam fases e fazem parte de um processo dinâmico, pois sua duração varia de acordo com a dimensão legal e cultural dos agricultores nela envolvidos. Existem diversos fatores que apontam para as dificuldades encontradas pelas famílias de agricultores em estimular seus filhos a dar continuidade às atividades de produção agrícola. Schneider e Oliveira (2009) destacam alguns:

Entre as principais características das transformações sociais do mundo rural brasileiro, nas últimas décadas, encontram-se os processos de redução, envelhecimento e masculinização da população rural. Como causas da redução da população, são apontadas, de forma geral, apesar das particularidades de cada uma das regiões do país, fatores de atração das cidades e fatores de expulsão do campo. Como fatores de atração da

cidade, a bibliografia cita a força de um mercado de trabalho urbano em expansão, principalmente no setor industrial e no setor da construção civil, marcadamente durante o período de 1950 a 1980. Dentre os fatores de expulsão do campo, destaca-se, principalmente nas regiões Sul e Sudeste, a redução da necessidade de trabalho humano devido à substituição do fator de produção trabalho por fatores de produção oferecidos pela indústria, entre os quais máquinas, tratores e outros – processo característico daquilo que estamos denominando paradigma da modernização agrícola (SCHNEIDER e OLIVEIRA, 2009, p.156).

No tocante ao modo como ocorre a masculinização no meio rural, Schneider e Oliveira (2009) evidenciam o que diz respeito à rejeição da filha mulher em dar continuidade as atividades agrícolas. Filhos homens têm uma pré-disposição maior em dar continuidade ao que fora iniciado pelos pais. Spanevello (2008), por sua vez, cita em seu estudo o ponto de vista Bourdieu (1999) de que as mulheres são excluídas dos assuntos econômicos e demais assuntos de maior relevância, atuando apenas nos serviços domésticos ou, como mais comumente acontece, realizando jornadas duplas de trabalho, dividindo parte do tempo para o auxílio no campo e em outra para os afazeres domésticos.

Esses aspectos afastam as mulheres do campo e dos interesses familiares. Algumas buscam realização profissional em meio urbano ou acabam casando e constituindo família em outro território. No entanto, nem todas as mulheres saem do campo por enfrentarem problemas com os pais no tocante à sucessão da propriedade. Muitas se casam com agricultores, mantendo, o legado do trabalho familiar. Se o objetivo familiar é dar continuidade ao legado dos pais e avós, será preciso que os filhos e netos, seus sucessores, tenham como missão criar relações de afinidades duradouras entre si, gerando confiança e apoio a chegada das novas gerações. Nas grandes propriedades do Agronegócio, as famílias enfrentam difíceis processos sucessórios tanto como na agricultura familiar. Os problemas enfrentados por ambos são semelhantes, uma vez que exista a cultura do patriarca absoluto. Para auxiliar um processo de sucessão em fazendas com grande quantidade de terras e volume financeiro, a presença de um intermediador, pode ser a diferença que poderá evitar o início de conflitos (PAGOTTO, 2016).

Spanevello (2008, p.49) cita dois momentos distintos do processo sucessório, o período anterior a 1970 e o momento atual. A diferença, segundo a autora, encontra-se nas mudanças sociais e econômicas que estão ocorrendo no meio rural, principalmente em comparação com o que acontecia no passado, isto é, quando as

possibilidades de continuidade eram maiores por não haver muitas opções de escolhas. Segundo ele, na Região Sul do Brasil, entre os anos de 1970 e 1980, não eram realizadas discussões no tocante às gerações de sucessores, pois o trabalho era centralizado na família e a continuidade era definida pelos agricultores. O herdeiro possui o direito sobre as terras, mas isso, por si só, não o capacita a ser um sucessor. Para suceder é preciso ter competência e capacidade para prosseguir com o legado da família, uma vez que não se herda apenas bens imóveis, mas também princípios e valores que fazem parte de todo o processo sucessório (PAGOTTO, 2016).

Esse processo, segundo Gasson e Errinton (1993), é composto por três partes, isto é, a sucessão profissional, a transferência legal da propriedade e a aposentadoria, essa última quando a geração atual diminui seu poder sobre a unidade produtiva. Executando uma ordem para um processo satisfatório, a sucessão profissional se daria em primeiro lugar enquanto o pai ensina seu filho e ambos trabalham juntos. A aposentadoria ocorre em segundo lugar. Nesse caso, o pai abre mão de parte do seu gerenciamento destinando ao sucessor parte da tomada de decisão e, por fim, a transferência legal, sendo esta a consolidação da herança.

Quando a família possui mais de um filho, é comum o patriarca, com o tempo, ir percebendo dentre eles qual será o mais apto a prosseguir com o trabalho, porém, essa escolha não é repassada a todos familiares, gerando conflitos entre os irmãos após o falecimento (PAGOTTO, 2016, p. 14), nesses casos os conflitos familiares tendem a atrasar o processo de sucessão e causando transtornos à produção.

Os irmãos poderão ser futuramente sócios, embora não seja muito comum visualizarem essa situação desde sempre (PAGOTTO, 2016). Mello et. al. (2001), explicita que, mesmo havendo conflitos entre os herdeiros e apenas um queira ou consiga manter a unidade produtiva, este deverá garantir, por intermédio da continuidade de produção, meios para apoiar os demais irmãos, seja em compra de novas terras ou através de uma subdivisão da propriedade enquanto a sucessão não se concretiza.

Irmãos serão sócios que não foram escolhidos, mas sim, que foram impostos por uma condição, o falecimento do patriarca ou matriarca, impondo que de agora em diante ambos terão os mesmos direitos de herdeiros, porém diferentes papéis na

propriedade, mesmo que todos optem por dar continuidade a produção ou que seja interesse de apenas um.

Pagotto (2016) chama a atenção para a cultura ultrapassada, que predomina no meio rural ainda nos dias atuais, cuja mentalidade do patriarca se mantém presa entre gerações e gerações. Salienta o autor que a mudança dessa cultura deve ser alterada pelos jovens, que hoje possuem maiores conhecimentos e vivenciam a importância da discussão sobre a sucessão familiar dentro de seus lares.

Todavia, para Abreu (2011), os jovens não estão totalmente preparados:

O jovem que vive no campo não tem educação de qualidade, lazer ou acesso à moradia. O Estado os esqueceu e a cidade se torna a única saída para quem sonha com uma vida sem tantas carências. Para que permaneçam no campo e se dediquem à atividade rural, é preciso oferecer oportunidades de crescimento pessoal e profissional que respondam às suas expectativas. Ensinar a empreender é sempre uma boa proposta para o jovem que aspira inovar, progredir e superar as dificuldades enfrentadas pela família no dia a dia da propriedade. E isso precisa começar cedo, muito antes dos 18 anos. (ABREU, 2011, p. 9)

Já para Moraes (2011), as dificuldades em firmar o jovem no campo não estão ligadas somente há algo externo. Para o autor:

Não é a falta de dinheiro, tecnologia, terra, água, trabalho, mercado que restringe a participação da juventude na agricultura familiar ou sua permanência no campo. Mas sim, algo intangível, interno, presente na cultura do seu entorno, da família, da escola, no inconsciente coletivo da sociedade, que fica determinando o comportamento, as atitudes e as concepções dos jovens (MORAES, 2011, p.8).

Ainda por Moraes (2011), desconstruir para reconstruir, encontrar novas formas de ver o campo, uma nova visão, para que o jovem possa fazer suas escolhas por intermédio de seus referenciais para, então, decidir entre ficar ou sair. Passar para as crianças e jovens a devida importância do meio onde vivem e a profissão de seus pais irá refletir na cadeia alimentar de toda sociedade. Ao perceber que são valorizados, tanto as crianças quanto os jovens, irão criar laços afetivos com a terra e o que nela é produzido.

As atitudes dos jovens são reflexos da cultura em que estão inseridos. Por isso, se o jovem, desde pequeno, ouve o quão ruim é viver do campo, o quão desvalorizados e menosprezados são, dificilmente permanecerá em um ambiente tão dificultoso e hostil quando adulto. Moraes (2011) acredita que sair ou ficar no campo é um direito de escolha dos jovens, porém devem ser analisadas quais são

as referências que eles utilizam para fazer tal escolha, de onde veem os padrões para construção do processo de escolha, família, escola, meio social.

O autor complementa ainda que a escola, as universidades e movimentos sociais rurais são os responsáveis por apresentar uma nova visão do campo, belo, agradável, sustentável, impregnado de vida e cultura ao mais jovens. O que irá ocorrer a partir de uma educação legítima, única no sentido de auxiliar uma mudança definitiva. A saída do jovem para os centros urbanos implica em modificar toda uma sociedade, uma vez que ocorre um aumento desordenado da população.

Quando um jovem sente que está tendo destaque nas atividades que realiza, então, sua autoestima melhora e percebe-se que sua postura na sociedade passa por transformações positivas. É possível verificar exemplos de jovens que participam, nos municípios onde residem, de sindicatos, movimentos estudantis, integram grupos culturais, associações e atividades que envolvem o cooperativismo.

Complementa ainda Moraes (2011):

Empreendedorismo e sucessão passam a andar juntos, compatibilizando a ânsia de evolução e crescimento do jovem com a experiência e o conhecimento empírico do pai. Não há dúvida de que, quanto mais informação tiver, maiores serão as chances de o jovem fazer suas escolhas livremente, sem ver na cidade sua única possibilidade de futuro (MORAES, 2011, p.9)

Desse modo, o fator educacional é importante, pois é preciso estimular os jovens desde pequenos a dar valor para as atividades que geram seu sustento. Os pais devem apresentar aos seus filhos o processo como um todo, para que cresçam e valorizem o que eles possuem. Toda essa problemática, entretanto, cresce ao passo que os anos vão passando. Por isso, é necessário que novas medidas sejam tomadas no sentido de auxiliar os agricultores. Afinal, trata-se de um legado histórico a partir do qual a continuidade tem o objetivo de garantir também a preservação do que já foi conquistado e que beneficia todo um município (SCHNEIDER e OLIVEIRA, 2009). É preciso assegurar a preservação das atividades realizadas no âmbito rural, visto que, em diversos casos, existem municípios em que parte de sua economia está vinculada a agricultura familiar e sua produção. Sem alimento o homem não sobrevive. Por isso, o trabalhador do campo tem orgulho do que produz e luta por reconhecimento, pela conscientização da população acerca da origem dos alimentos que consomem.

Conscientizar não é uma tarefa fácil de ser executada. Quando se tornam adultos, as pessoas apresentam opiniões já pré-estabelecidas, adquiridas por meio de suas crenças e experiências, todavia, muitas delas oriundas de sua infância, de seus lares e da escola. É através da educação que poderá ser realizado um processo mais eficaz no que tange a conscientização sobre a origem dos alimentos e da valorização daqueles que o produzem, será observada na próxima seção que esse é um dos principais pilares de apoio a continuidade e valorização do campo

2.2 A educação como principal pilar de apoio para a continuidade no campo

Muitas são as dificuldades encontradas pelos agricultores para auxiliar seus filhos quanto à permanência no campo. Nas últimas décadas, eles passaram a modificar a forma como trabalham com a terra, além de não identificar que seu trabalho seja devidamente reconhecido pela maioria da população. Esses fatores contribuíram para uma visão menos otimista quanto à permanência de seus filhos no campo. A importância da agricultura familiar está ligada de maneira direta à problemática da sucessão na produção agrícola familiar, pois, enquanto, por um lado, a expansão da produção agrícola cresce, por outro, decresce o número da população de jovens nas localidades rurais, como exposto no item anterior.

Considera-se a educação como um dos pilares importantes na construção social do indivíduo, esta seção busca apresentar o que ainda pode ser explorado por intermédio do sistema educacional para favorecer a permanência dos jovens no meio rural. A educação (educação básica, fundamental) a qual se faz referência, é aquela que o indivíduo tem acesso desde pequeno e, a partir da qual, recebe conteúdos que fundamentarão sua identidade futura. As escolas rurais, nesse caso, devem refletir e ensinar a realidade vivida pelos alunos em seu dia a dia, junto às demais disciplinas comuns globalizadas. Para Caliari (2002):

O homem e a mulher rural são concebidos como seres ativos e críticos construtores da sua própria cultura, da história e da sociedade em que vivem. Para tanto, é imprescindível seu acesso à escola que, além de formação ampla, desenvolva valores e atributos inerentes a cidadania. Tal educação é contrária aquela que vincula educação e prerrogativas mercadológicas e globalizantes, com intuito de formar indivíduos pretensamente consumidores e competitivos. A educação rural, nessa perspectiva, vai dirigir-se ao ser humano integral, incluindo todas as dimensões de suas relações com o mundo (CALIARI, 2001, p.64-72).

Salienta ainda Caliri (2002) que, ao estabelecer com a comunidade uma relação dialética, a educação passa a atuar nas transformações das perspectivas e na construção da história do jovem rural. O papel da escola como criadora da realidade deve ser observado, pois, a partir dela, a criança descobre como é o seu mundo sem intervenção emocional. Parte das crenças apreendidas pelas crianças ocorre com a participação do fator emocional. Lembranças da infância, lugares, bairros e pessoas, estão conectados com laços familiares, não é necessário que as conquiste, já estão conquistadas. As crianças amam seus familiares e, conseqüentemente, amam tudo que os remete a realidade com a família. Na escola, não há vínculos emocionais nesse nível. Por isso, a criança irá gostar da professora ou professor dependendo de como aprenderá a gostar e, então, adquirir um vínculo de confiança.

Veiga e Fonseca (2001) ressaltam que existe a necessidade de prevalecer um novo ambiente educacional como forma exclusiva de fortalecimento da agricultura familiar, visto que sua deficiência acarretará em um estrangulamento que atingirá o desenvolvimento regional. Para os jovens, o modelo educacional no meio rural se faz de forma técnica. Já para no ensino fundamental, dos alunos do 6º ao 9º ano, as escolas apenas transferem os conhecimentos do mundo urbano para o mundo rural. Com isso, os valores e costumes urbanos acabam sendo repassados para as crianças gerando conflitos entre gerações (GNOATTO et. al., 2006). Tem-se que a realidade rural é ignorada pelas autoridades, pois parecem agir sem a compreensão da realidade dos alunos do meio rural.

A educação básica, ensino fundamental, é considerada o fator mais importante para o desenvolvimento das crianças, porém os modelos pedagógicos utilizados pela maioria das escolas abrangem um sistema que exclui e acaba sendo elitista. Para Gnoatto (et. al. 2006), esse sistema se mostra ineficiente não apenas nos meios rurais, mas sim em outras localidades. Tal como ocorre no campo, deveria ser inserida uma pedagogia que respeitasse o ambiente no qual os alunos estão inseridos, nas comunidades carentes ou em regiões de conflitos, que, assim como as crianças ruralistas, vivem uma realidade atípica ao resto do país.

Seguindo esse mesmo raciocínio, Jesus (2011) ressalta que:

é preciso questionar a educação que está sendo ofertada no espaço rural, pois existem muitas diversidades regionais no Brasil. Para um projeto de educação no campo é preciso saber as dificuldades existentes aí e trabalhar as contradições presentes no território camponês e na sociedade de modo geral. É preciso atentar para uma educação voltada aos interesses da vida no campo e ao mesmo tempo rever o método de ensino que desumanamente não respondeu as necessidades dos camponeses (JESUS, 2011, p. 11).

No tocante ao ensino médio e técnico, algumas localidades possuem escolas de excelentes níveis, a exemplo do município objeto deste estudo, Nova Petrópolis, que possui a escola técnica Bom Pastor. Ainda com intuito de capacitar os jovens, diversas ações advindas da união de entidades rurais, órgãos governamentais e empresas privadas e/ou cooperativa, disponibilizam cursos de capacitação e, com isso, buscam conseguir apoio a partir do empreendedorismo rural, sustentabilidade e apoio técnico.

Diversos exemplos destacam-se entre os programas voltados ao empreendedorismo rural e cujo objetivo é o de promover ações culturais e educacionais para que ocorra uma melhoria na qualidade de vida dos agricultores a partir dos processos educativos destinados aos jovens do meio rural. Consiste em um desses exemplos o Centro de Desenvolvimento do Jovem Rural (Cedejor)², promovendo ações desde 2001, que atinge, aproximadamente, 45 municípios em três estados da região sul do país.

Outros programas que vem ganhando destaque referem-se ao PEJR – Programa Empreendedorismo Jovem Rural, IICA – Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura, SENAR – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural, entre outros. Tais programas promovem ações semelhantes aos descritos no parágrafo anterior, sobre a Cedejor, visando sempre o empreendedorismo rural como base para permanência do jovem no campo.

Programas como esses abrangem localidades desprovidas de outros auxílios. Algumas destas localidades sobrevivem praticamente da agricultura familiar. Responsáveis pela geração de empregos, sentem-se amparadas contemplando um futuro melhor para sua família. Desse modo, para os jovens são ofertados diversos tipos de cursos, abrangendo sempre assuntos que possam fazer com que

² Uma associação civil sem fins lucrativos. Criada através de um processo de mobilização e de debates no Vale do Rio Pardo (RS), que envolveu lideranças do meio rural, representantes da sociedade civil organizada, do [Instituto Souza Cruz](#), da academia e dos poderes públicos que deliberaram para a implementação de programas e projetos direcionados à juventude rural.

permaneçam no campo. Outras formas de obter acesso à informação tecnológica, de inovação, de gestão, empreendedorismo, são cursos disponibilizados pelas cooperativas. As cooperativas agropecuárias, quando inseridas em localidades rurais, disponibilizam aos seus associados um acesso mais facilitado à inovação.

Esse fator deve-se ao vínculo entre produtor associado e a cooperativa. O produtor oferta para a cooperativa o objeto de sua produção e a cooperativa produz alimentos utilizando os insumos. É uma parceria eficaz que mostrou-se ao longo dos anos uma excelente forma de auxílio ao pequeno produtor. As cooperativas, em parcerias com demais órgãos educacionais, privados ou não, possibilitam a seus associados manterem uma maior qualidade e produtividade de sua propriedade. Ambos beneficiam-se e acabam contribuindo também para a problemática da sucessão. Em seguida, serão analisados mais a fundo os Cursos de Gestão da Pecuária Leiteira, também objeto deste estudo, oferecidos pela Cooperativa Piá a seus associados.

A abordagem deste capítulo concentra-se em como a educação pode auxiliar na construção de uma nova imagem do agricultor para com a sociedade. Capacitar os jovens para que possam, em seguida, trabalhar melhor, utilizando tecnologias avançadas e ferramentas de gestão para se tornarem futuros empreendedores rurais. A educação, sem dúvidas, contribui muito, porém nem todos os jovens que concluem seus estudos permanecem no campo.

Registra-se que determinadas escolas técnicas de ensino médio solicitam aos alunos que concluam a parte prática do aprendizado fora da propriedade dos pais. Esse fator contribui, ainda mais, para o distanciamento dos filhos. Caso concluam estágios dentro de indústrias agropecuárias, passam a conviver com uma nova realidade, trabalho de segunda a sexta, remuneração fixa ao final do mês, entre outras facilidades. Por isso, quando retornam para suas casas, recordam e fazem comparações em relação as atividades árduas realizadas por seus pais. Assim, não desejam mais a lida agrícola familiar como profissão. Esse é um exemplo de uma ação pedagógica falha. A escola deve priorizar o convívio familiar, a ajuda mútua, manter a cultura e tradição de uma atividade importante que, para sobreviver, necessita do apoio familiar.

Caliari (2001) atenta para as formas de atuação da educação rural, são elas:

Ação informadora: [...] privilegia o ato contínuo de perpassar informações que objetivam uma socialização para a manutenção da ordem constituída, com valores do “estabelecido; Ação deformadora: que tem por eixo norteador a desvalorização da cultura e valores locais e uma supervalorização da cultura e valores exógenos; privilegia uma educação de massa, sustentada por valores do mundo produtivo urbano. Nesse caso, educar passa a ser a forma de Ação transformadora: incorporação de toda a concepção holística do conhecimento da humanidade, integrando e relacionando as partes entre si e com o todo. A escola voltada para a realidade do educando torna-se cúmplice do seu pleno desenvolvimento, levando-os a serem sujeitos autônomos, críticos, criativos e comprometidos com a democracia e justiça social (CALIARI, 2001, p. 64-72)

As formas de atuação apresentadas acima demonstram que, dependendo de qual seja a atuação escolhida pela escola, ela causará um efeito para futuro e esses serão visíveis e poderão causar impactos que irão atingir todos os indivíduos de uma sociedade. Neste contexto, entra em pauta a pedagogia da alternância, um modelo ainda pouco explorado no Brasil. Algumas iniciativas que já foram, ou estão sendo testadas, mostraram ser eficazes na integração aprendizado e prática e união familiar.

A pedagogia da alternância propõe alternar períodos de estudos em sala de aula com períodos práticos dentro da propriedade, junto a seus familiares. Azevedo (1998), citado por Gnoato (2006), atenta para a sincronia entre trabalho e escola. Desta forma, o jovem não se desvincula da família ao mesmo tempo em que estuda. A pedagogia da alternância surgiu na França, nas primeiras décadas do século XX, quando o pároco, Abbé Granerrar, de uma igreja de um vilarejo rural sentiu a necessidade de se responsabilizar pela elaboração de soluções para os problemas enfrentados, a diminuição da população e, conseqüente, diminuição dos fiéis da igreja pela falta de perspectivas de viver no campo.

O pároco promoveu a organização de grupos familiares de agricultores para realizar a formação escolar de seus filhos. Uma educação que não reproduzisse a mensagem de não viabilidade do campo. Com as facilidades do meio urbano, não somente os jovens se fascinavam, mas seus pais também. Portanto, prevalecia a necessidade de uma limpeza cultural também nos seus pais. Ainda pelos mesmos autores, a pedagogia da alternância promove o desenvolvimento sociocultural da família e do aluno, desenvolvimento tecnológico para, assim, propiciar melhores condições para manterem-se no campo e, conseqüentemente, melhorias para sua comunidade.

Gnoatto (2006) afirma que a pedagogia da alternância é capaz de construir um modelo pedagógico que integre a vida, a educação, o trabalho, e a comunidade no meio rural, pois a alternância significa alternar, revezar, trazendo para o dia a dia do jovem uma visão mais ampla de onde vive e como melhorar sua realidade.

Em concordância com os demais autores, Jesus (2011) conclui:

A alternância ajuda o aluno a conhecer e valorizar o seu modo de vida, a cultura local e despertar a consciência crítica, ampliando seus conhecimentos. A escola é espaço da reflexão teórica e de aprofundamentos das questões relevantes de interesses dos alunos e das famílias. O tempo de permanência do aluno no espaço familiar e na comunidade é o momento para confrontar a teoria com a prática, pesquisar, realizar experimentação de novas práticas, troca de experiências, trabalho e indagações. Ou seja, desse ponto de vista, a formação na alternância é contínua (JESUS, 2011, p. 11).

Chatier et.al. (1982), citado por Gnoatto (2006), afirma também que o período trabalhado na propriedade da família se une ao período de estudo e, desta forma, os períodos de estudos sucessivos alternam-se entre o trabalho e a escola. Gnoatto (2006) complementa que as propriedades da agricultura familiar se identificam com esses princípios por possibilitar aos jovens um maior alinhamento entre escola e trabalho, permanecendo junto aos familiares e com acesso à educação.

O resgate à cultura da profissão agricultor, seus costumes e suas origens, junto ao auxílio com a profissionalização acaba por estimular os agricultores a continuar com sua profissão, mesmo não sendo reconhecida como deveriam, tendo a certeza de que é da terra que sai a sua sobrevivência e de sua família (GNOATTO, 2006). Conclui Jesus (2011) que o objetivo principal da alternância é a educação em tempo integral, junto às famílias, pois assim fortalece o diálogo além de uma melhoria na qualificação técnica como auxilia ao fortalecimento da agricultura familiar. Observa, ainda, que ocorre a contribuição dos trabalhos dentro das propriedades, desenvolvendo alternativas para permanência do homem no campo.

Ressalta Azevedo, citado por Jesus (2011):

A Pedagogia da Alternância não se apresenta como uma panaceia milagrosa para resolver todos os males da educação nacional. Entretanto, em virtude de priorizar o desenvolvimento do processo de transmissão/assimilação de novos conhecimentos através do construtivismo, contextualizar os conteúdos a serem trabalhados na realidade do aluno e buscar a articulação horizontal e vertical de tais conteúdos dentro dos diferentes componentes curriculares, a Pedagogia da

Alternância capacita-se a pelo menos reduzir as causas dos problemas anteriormente apontados” (AZEVEDO, *ibid*, p.121).

A pedagogia da alternância ainda é pouco estudada no país e não existem muitas pesquisas que possam auxiliar no desenvolvimento pedagógico no ensino escolar, seja médio ou profissional. Advém a necessidade de se desenvolver uma sistematização metodológica para auxiliar na formação prática do docente (JESUS, 2011). Os profissionais que praticam a alternância pedagógica dentro de suas escolas necessitam de apoio quanto à operacionalidade dos instrumentos técnicos.

Esta modalidade educativa, segundo Jesus (2011), é estabelecida por intermédio de um processo, dinâmico e complexo, no qual o corpo docente precisará de uma preparação, formação, para que eles possam provocar uma reflexão acerca da problemática vivida pelos agricultores. Requer um conhecimento específico para que seja possível.

No Brasil, existem várias experiências de Educação no campo. O objetivo deste estudo não está em elencar e analisar todos aqui, mas ressaltar quais destas experiências serviram de maior incentivo na problemática da sucessão. Levando em conta o fato de que a evasão do jovem do campo um dos principais temas abordados atualmente. A pedagogia da alternância é adotada pela Casa Familiar Rural (CFR), de ação não governamental, onde estão pautados os princípios do cooperativismo e associativismo. O sistema cooperativista, mesmo quando não está diretamente inserido em um projeto, seus princípios estão. É um modelo eficaz, demonstrando sempre seu poder inovador.

Um dos pilares do cooperativismo configura-se na educação cooperativista que vem desde os seus Pioneiros em Rochdale. Os processos educativos do cooperativismo são meios de transmissão das ideias, dos valores, bem como dos princípios e das ações próprias do cooperativismo que estreitam os vínculos com a educação (OCB). A educação vivenciada na família, sobretudo naquelas que vivem da agricultura, exerce uma grande influência na aprendizagem. Prevalece a soma de experiências trazidas do convívio familiar que promovem exemplos de crescimento moral, intelectual e fortalecem um sentido de união (OCB). Os exemplos são as melhores estratégias de educação, formas de pensar e agir que influenciam comportamentos.

Dentro do ambiente familiar rural, onde todos da família trabalham unidos em prol do bem-estar geral, está alicerçada a educação participativa por intermédio da qual são desenvolvidas a igualdade e a liberdade, princípios comuns ao cooperativismo (OCB). Deste modo, há na união da educação com o cooperativismo, uma forma de oportunizar novos caminhos e novas formas de convivência, potencializar habilidades do indivíduo para que aprenda a discutir e agir conscientemente na análise e na tomada de qualquer decisão. Para finalizar, o conhecimento é construção social, individual que sofre influência do meio onde vive. Será a partir das relações com outros, da trajetória de sua vida em diferentes dimensões e práticas, que será construído o conhecimento (ESTEVAM et. al. 2011).

2.3 O cooperativismo

2.3.1 O breve histórico do cooperativismo

O ato de cooperar uns com os outros acontece desde os primórdios. Sabe-se que a união entre homens para desempenhar com mais eficiência um determinado trabalho garantiam melhores resultados em menor tempo. Nesse sentido, o cooperativismo tem figurado, ao longo dos anos, como uma ferramenta de grande valia para o desenvolvimento econômico e social do país. Trata-se de uma filosofia de vida pautada no modelo socioeconômico que une desenvolvimento econômico e bem-estar social fundamentado, basicamente, na união entre as pessoas (OCB, 2008).

O termo cooperativa pode ser definido como:

uma associação autônoma de pessoas que se unem voluntariamente para satisfazer as aspirações e necessidades econômicas, sociais e culturais comuns, por meio de uma empresa de propriedade coletiva e democraticamente gerida (OCERGS, 2012).

Nesse sentido, o cooperativismo como se conhece atualmente, isto é, o cooperativismo contemporâneo, estabeleceu-se em 1844 na Inglaterra no bairro de Rochdale – Manchester, contando com vinte e sete homens e uma mulher, sendo a maioria formada por tecelões (Portal do Cooperativismo Financeiro). Reconhecida como a primeira cooperativa moderna, a “Sociedade dos Probos de Rochdale” (*Rochdale Quitable Pioneers Society Limited*) forneceu ao mundo os princípios

morais e de conduta que são considerados, até os dias atuais, a base do cooperativismo autêntico (OCERGS, 2013).

Conforme registros históricos, no Brasil, a cultura da cooperação veio desde a colonização portuguesa. A atividade emergiu do século 19, com estímulo de funcionários públicos, profissionais liberais e operários com o objetivo de atender às suas necessidades. O surgimento da primeira cooperativa foi no ano de 1891, na cidade de Limeira, São Paulo, a cooperativa de consumo Caramagibe (ETGETO, et al., 2005). Em seguida, no ano de 1902, surgiram as Cooperativas de Crédito no Rio Grande do Sul impulsionando para mais tarde, em meados de 1906, as primeiras cooperativas rurais naquela região. A iniciativa veio por intermédio do padre suíço Theodor Amstadt que trouxe de seu país a cultura do trabalho associativo e a experiência de atividades familiares comunitárias, que os motivaram a organizar-se em cooperativas (OCERGS, 2013).

A doutrina que rege o cooperativismo é socioeconômica, isto é, prima pela liberdade e princípios de seus cooperados. Tais princípios procuram, junto com o desenvolvimento social e o resultado econômico, uma melhor qualidade de vida para seus associados (OCERGS, 2013). É possível dizer que muitos associados acreditam no cooperativismo e são engajados por desejar promover melhorias coletivas em benefício de todos seus semelhantes.

Nesse sentido, após o Congresso da Aliança Cooperativa Internacional, no ano 1922, a ACI criou o Dia Internacional do Cooperativismo, visto o grande crescimento do número de associados e a importância de encontrarem um ponto de identificação entre eles (Sindicato e Organização das Cooperativas Brasileiras no estado do Mato Grosso, 2009). Neste período, o movimento passou a ter maior visibilidade e haviam diferentes tradições cooperativistas. Por isso, encontrar um denominador que os unissem contribuiria também para defenderem-se dos ataques à doutrina cooperativista (Sindicato e Organização das Cooperativas Brasileiras no estado do Mato Grosso, 2009).

O dia internacional do cooperativismo é comemorado sempre no primeiro sábado de julho. No mesmo dia, a ONU, consciente da importância do segmento para o desenvolvimento social dos povos, também adotou o dia Internacional do Cooperativismo das Nações Unidas, festejando-o no mesmo dia já instituído para esse fim pela ACI (Sindicato e Organização das Cooperativas Brasileiras no estado do Mato Grosso, 2009). De acordo com o Ministério da Agricultura, Pecuária e

Abastecimento (MAPA), o cooperativismo vem sendo reconhecido pelo seu desempenho em relação à redução da pobreza, geração de emprego e renda, integração social e, mais atualmente, representa um papel importante no que diz respeito às questões ambientais e a sustentabilidade. BIALOSKORSKI (2000), profere que as cooperativas espelham-se nos princípios da solidariedade, igualdade, democracia e fraternidade. Elas não buscam apenas atingir lucratividade, mas sim objetivam o apoio e a prestação de serviços aos seus associados.

O quadro em destaque apresenta um comparativo que evidencia quais são os princípios que regem uma cooperativa e o que faz com que esse sistema seja diferenciado em relação a uma sociedade mercantil:

Quadro 1 – Comparativo entre empresas cooperativas e empresa mercantil

COOPERATIVA	MERCANTIL
O principal é o Homem	O principal é o Capital
O cooperado é dono e usuário da sociedade	Os sócios são vendedores de produtos e serviços aos consumidores
É uma sociedade simples, regida por legislação específica.	Sociedade de capital – ações
Assembleia: quórum baseado no número de associados	Assembleia: quórum baseado na participação no capital social.
Controle democrático	Controle financeiro
Sociedade de pessoal que funciona democraticamente	Sociedade de capital que funciona hierarquicamente
As quota-partes não podem ser transferidas a terceiros estranhos à cooperativa	As ações podem ser transferidas a terceiros
Afasta os intermediários	São, muitas vezes, os próprios intermediários
Objetivo: melhoria da qualidade de vida dos cooperados	Objetivo: lucro
O retorno dos resultados é proporcional ao valor das operações com a cooperativa	O dividendo é proporcional ao valor total das ações

Fonte: OCERGS (2012)

Conforme o Quadro 1, é possível observar as diferenças culturais de uma organização para outra e entender o que faz com que o cooperativismo esteja ganhando, de maneira expressiva, mais espaço, principalmente entre os trabalhadores de pequeno porte que, com a união de suas forças, passam a ter uma chance de competir no mercado. Freitas (2014) enfatiza que o modelo organizacional de uma cooperativa é próprio, por apresentar características que auxiliam na união dessas forças para uma organização de trabalho em diversos setores.

No que tange aos objetivos sociais, essas sociedades podem seguir qualquer objetivo, desde que obedeçam as normas e regras regidas pelo o Estatuto das Cooperativas, conforme Lei 5.764 de 1971 (OCERGS, 2014). O acesso às cooperativas é livre para todos que desejam fazer uso de seus serviços com o cuidado da adesão aos propósitos sociais e princípios, uma vez que tais aspectos caracterizam melhor a imagem do cooperativismo desde o seu surgimento. Tal modelo de sociedade foi sendo absorvido por diversos ramos de atividades, os que obtiveram maior destaque são: as cooperativas de crédito, as cooperativas de consumo, as cooperativas de saúde, as cooperativas de trabalho, as cooperativas educacionais, entre outras (OCERGS, 2014). Estabelecendo-se perante as normas regidas pelo Estatuto e aprimorando-se em tecnologias e inovações, as cooperativas vêm crescendo no espaço econômico mundial.

O cooperativismo faz parte de instituições do mundo inteiro por ser um movimento universal de cidadãos que buscam um modelo mais justo, com maior equilíbrio entre o econômico e o social (MAPA, 2017). As formas de cooperação presentes, por exemplo, no setor agrícola são: grupos de famílias; associações ou grupos de máquinas; grupos de produção semicoletivizada; grupos de produção coletivizada; cooperativa de comercialização; cooperativa de produção agropecuária e cooperativa de crédito rural (OCBMT, 2009).

Dados da Organização das Cooperativas Brasileiras - OCB (2004), indicam que o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é maior em municípios onde existem as cooperativas, considerando todos os indicadores de educação, longevidade e renda da população. O ramo de atividades agropecuárias no Brasil vem sentindo a força do cooperativismo há alguns anos. Com forte crescimento em produção e exportação, as regiões que mais cresceram nos últimos 20 anos e que apresentaram uma melhora considerável na qualidade de vida são do setor agropecuário pautado por uma cooperativa (OCERGS, 2014).

Conforme censo do IBGE (2014), realizado em 2006, a agricultura familiar representava 85% do total de estabelecimentos no Brasil, responsável por 38% do valor bruto da produção agropecuária nacional, considerando sua participação na renda total agropecuária. Os agricultores familiares são responsáveis por 51% e quanto à ocupação, dos 17,3 milhões de pessoas ocupadas em meio rural brasileiro, 77% estão empregados na agricultura familiar.

Os números apresentados evidenciam a importância do setor do agronegócio brasileiro, sua base encontra-se na agricultura familiar que desde sempre desempenharam suas funções com dedicação, união e cooperação. As semelhanças dos princípios do cooperativismo com a modelo de trabalho executado pelos membros da agricultura familiar geraram uma empatia natural e uma forte união entre ambos, pois o sistema de trabalho constituído pelo agricultor e a organização nos moldes empresariais, com cunho social do cooperativismo, vieram a fortalecer o setor ao longo dos anos, transformando a vida dos pequenos agricultores no momento em que os auxiliam na competitividade do mercado.

Nesse sentido, no agronegócio, o papel da agricultura familiar é historicamente importante, contudo, aparentemente ultrapassado diante dos avanços tecnológicos. No entanto, para Guilhoto et. al. (2003) o mundo contemporâneo resolveu incluir o sistema da agricultura familiar dentro de um contexto socioeconômico, pelas forças de seus questionamentos e como subsistência do homem no campo assim como a problemática do êxodo rural.

Fortalecer a agricultura familiar auxiliando em sua competitividade através de apoio tecnológico e acesso a inovação tem sido um papel bem desenvolvido das cooperativas do setor. Entretanto, elas precisam estar atentas aos outros fatores que envolvem seus associados, pois alguns de tais fatores estão inseridos no âmbito familiar. Por isso, é responsabilidade das famílias a continuidade de sua cultura auxiliando os filhos em suas escolhas. Contudo, o êxodo rural continua presente no cotidiano do campo, e, embora menos expressivo como em décadas anteriores, continua ameaçando o futuro do campo. A partir de estratégias voltadas para a gestão do negócio familiar, empreendedorismo rural e assistência técnica, as cooperativas poderão estar mais próximas de seus associados e familiares, observando, com maior eficiência, as dificuldades vivenciadas no dia a dia destes e, assim, poderão montar estratégias mais eficientes a longo prazo.

Esta seção evidenciou alguns aspectos relevantes no que tange ao encontro do cooperativismo com a agricultura familiar, além de evidenciar que a educação, seja por intermédio da formação dos mais jovens, qualificação aos proprietários ou mesmo com base em um novo viés educacional, para as crianças, no período pré-escolar, é o tripé que pode garantir a sobrevivência do meio rural. Entretanto, o sistema cooperativo apresenta falhas. Por isso, assim como ocorre em outras empresas, uma má gestão pode acarretar problemas que podem ameaçar o futuro

da cooperativa e de seus associados. Nesse caso, mais uma vez, apenas a união entre as partes garantirá um futuro saudável para ambos auxiliando o desenvolvimento do município.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este capítulo apresenta a metodologia utilizada para alcançar os objetivos almejados ao longo da realização do trabalho. Trata-se de uma investigação exploratória que, segundo Vergara (2005), quanto aos fins, assume uma postura que opta por ouvir as pessoas sobre o que elas têm a dizer a respeito de determinado assunto. Vergara (2005) frisa, tendo em vista a utilização de material publicado em periódicos, livros e meios eletrônicos, com o intuito de dar maior embasamento teórico, que a pesquisa caracteriza-se como bibliográfica e documental, pois ainda utilizará relatórios fornecidos pela empresa.

No tocante à abordagem, a coleta de dados foi realizada com base no método qualitativo, pois acolhe a premissa de analisar de que modo as pessoas consideram uma experiência, uma ideia ou um evento (STACKE, 2011). Os dados obtidos foram analisados indutivamente. De acordo com Creswell (2010), esse processo ilustra a pesquisa, de um lado a outro, entre o tema e o banco de dados até estabelecer um conjunto abrangente de dados, podendo, inclusive, contar com a colaboração interativa dos participantes. Caracteriza-se, quanto à natureza, como uma pesquisa aplicada, pelas ações práticas que envolve para auxiliar na solução de um problema específico de um grupo determinado e de interesse local (GIL, 2002).

3.1 Universo e amostra

O universo para a realização da pesquisa foi composto com base na participação do presidente da cooperativa analisada e de 35 associados que já participaram dos programas de cursos existentes. Entretanto, no momento em que foram repassados os telefones e endereços dos participantes para eventuais contatos, constavam apenas 26 deles. O motivo da diferença seria o fator desistência, pois muitos residem em outras localidades e os deslocamentos constantes seriam inviáveis. Além disso, entre o período do curso e a solicitação da autora, ocorreram algumas dissociações da cooperativa.

Quanto ao número específico do grupo de participantes para realização das entrevistas, a turma contou com o universo de 26 produtores que integraram o Curso

de Gestão de Pecuária Leiteira da Cooperativa Piá. Nesse sentido, a amostra foi constituída com 15 participantes, sendo 10 entrevistados presencialmente e 5 com a utilização de parêlho telefônico. Acabou não sendo possível realizar as entrevistas com todos, visto que, até a conclusão deste estudo, não existiu um consenso entre dias e horários disponíveis dos associados para encontrar com a pesquisadora.

3.2 Coleta de dados

Para a coleta de dados foram seguidos os seguintes passos, divididos em duas etapas:

1) foram realizadas entrevistas com o presidente da Cooperativa Piá no sentido de obter mais informações, bem como buscar compreender os aspectos que fizeram com que a cooperativa investisse nos programas de incentivo aos seus associados;

2) na segunda etapa, foram realizadas as entrevistas com os associados que participaram do curso. Para uma melhor análise, os cooperados entrevistados já deveriam ter concluído a capacitação para que fosse possível medir a eficácia do programa.

A autora da pesquisa efetivou as entrevistas, que seguiram um roteiro programado para, assim, concluir os estudos necessários dentro do prazo pré-estabelecido. A entrevista com o presidente ocorreu no mês de julho de 2015 e os associados foram entrevistados a partir do mês de setembro de 2016 até o mês de fevereiro de 2017. Os critérios para a seleção da referida cooperativa e dos seus associados foram pensados com base em três aspectos específicos. Um deles seria os incentivos apresentados pela cooperativa para auxiliar na resolução do problema dessa pesquisa. Outro, pela acessibilidade, tanto no sentido de considerar a logística, pois a pesquisadora deveria viajar constantemente ao local onde está situada a cooperativa, bem como deveria apresentar-se na residência dos cooperados para estabelecer melhor contato. E, por fim, também por levar em conta a disponibilidade dos participantes em permitir a realização da investigação dentro de seu ambiente residencial, de estudo e trabalho.

Seguindo o pensamento do parágrafo anterior, por considerar os fatores que envolvem a disponibilidade de todos os entrevistados, não seria viável a realização de um pré-teste. As entrevistas, desenvolvidas por intermédio de um questionário

organizado com questões abertas, possibilitaram aprofundamento e melhor diálogo com os produtores e foram gravadas para posterior análise de dados.

A entrevista com o presidente ocorreu na sede da empresa. Os associados foram entrevistados em suas residências, visto que, na maioria das vezes, configura-se também como seu local de trabalho. Por isso, a atividade foi totalmente válida, pois os produtores são provenientes da agricultura familiar que, de modo geral, costuma não ter empregados contratados. Desse modo, seria inviável fazê-los deixar sua produção de lado para que ocorresse qualquer tipo de deslocamento. No tocante à qualidade das respostas, o entrevistado precisaria sentir-se confortável, em um local que não apresentasse qualquer situação que pudesse causar embaraços.

O questionário foi apresentado aos participantes com as questões abertas que, então, garantiram um aprofundamento maior conforme as respostas foram surgindo (GIL, 2002). Foram elaboradas 8 (oito) questões (Apêndice A), bem como a autora da pesquisa apresentou a todos os participantes o termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice B). Após a realização de todas as entrevistas, tanto com o presidente quanto com os associados participantes dos cursos, os dados coletados foram analisados qualitativamente e contrapostos com os objetivos da pesquisa.

Os entrevistados obtiveram a denominação de associado A, associado B, associado C, associado D, associado E, associado F, associado G, associado H, associado I, associado J, associado K, associado L, associado M, associado N e associado O. Deste modo, se mantiveram em anonimato auxiliando a autora em sua análise.

A análise dos conteúdos, posteriormente desenvolvida, teve o propósito de confrontar os resultados das entrevistas com a amostra. Segundo Mozzato e Grzybovski (2011), a análise de conteúdo é um conjunto de técnicas que tem como finalidade ultrapassar incertezas e enriquecer a leitura dos dados coletados. As respostas dos participantes estão devidamente transcritas no capítulo que evidencia os resultados alcançados.

3.3 Breve histórico de Nova Petrópolis

O município de Nova Petrópolis/RS está inserido na região do Vale das

Hortênsias, distante aproximadamente 92 km de Porto Alegre. Fundado em 1955, o município foi escolhido por imigrantes alemães que chegaram até o local, desde 1858, com a missão de implantar projetos sociais em solo nacional, por intermédio de um convênio firmado entre os governos germânico e brasileiro (RELATÓRIO DE GESTÃO PIÁ, 2012/2013).

O nome do município foi uma homenagem para a sua Majestade D. Pedro II, pois Nova Petrópolis significa nova cidade de Pedro. Além disso, faz uma analogia a “Real cidade de Petrópolis”, no Rio de Janeiro, destino de férias da família. Os municípios que fazem limites com Nova Petrópolis são Vale Real, Feliz, Linha Nova Picada Café, Santa Maria do Herval, Gramado e Caxias do Sul (PREFEITURA MUNICIPAL NOVA PETROPOLIS, 2015)

Os imigrantes viram nestas terras, apesar da pouca estrutura da época, grande potencial, pois ali encontravam-se pessoas humildes que conservavam afeição ao local, porém estavam diante de inúmeras dificuldades a serem enfrentadas, infraestruturas básicas ausentes, agropecuária de subsistência, pequeno comércio e uma sociedade enfraquecida (PMNP, 2015).

Com o espírito cooperativo, a população foi, aos poucos, realizando a construção de sua autoestima, pois a sociedade buscava mudanças para os pequenos agricultores, melhor qualidade de vida e organização e, assim, foram propiciando a permanência dos filhos no campo. Nos anos 90, Nova Petrópolis consolida-se como um município que cresce em seus setores, econômico, agropecuário, agroindustrial, comércio e turismo onde interagem harmonicamente, auxiliando no desenvolvimento social, econômico e sustentável (PMNP, 2015).

Em meados da década de 70, houve um resgate das origens históricas e um incremento cultural, no folclore. Assim, o movimento turístico intensificou-se e, com isso, assumiu um aspecto de turismo cultural (PMNP, 2015). Desta forma, houve expansão das malharias, artesanato, hotéis, restaurantes e cafés coloniais, deixando Nova Petrópolis atualmente em posição de destaque nos planos sócio cultural e econômico.

3.3.1 Cooperativismo em Nova Petrópolis

A região das Hortênsias está situada a 136 km da capital, Porto Alegre, os municípios que a integram são: Gramado, Canela, São Francisco de Paula e Nova Petrópolis. Sua principal atividade econômica é o turismo e destaca-se, no Rio Grande do Sul, como polo de referência. Sua rede hoteleira apresenta-se bastante diversificada e contempla diversos parques naturais (TOMAZZONI, 2007). Por tratar-se de uma localidade amplamente diversificada e com evidentes adversidades geográficas e ambientais, é possível dizer que foi a partir do empreendedorismo dos imigrantes europeus (alemães, por volta de 1834 e italianos em 1975), que determinou o desenvolvimento econômico dessa região (TOMAZZONI, 2007).

Tomazzoni (2007) evidencia que a Região contempla um dos maiores aglomerados hoteleiros do Rio Grande do Sul, concentrando cerca de 30% de hotéis e pousadas do Estado. A importância desse percentual pode ser constatada comparando ao segundo lugar, o litoral com 23%. Importante ressaltar que:

A Região das Hortênsias é uma das regiões brasileiras que têm sido especialmente reconhecidas como as que possuem melhores condições de desenvolver ainda mais potencialidades turísticas. A Serra Gaúcha, pelo critério do Governo do estado, está segmentada em dois Coredes – Serra e Hortênsias. Segundo informações publicadas pela Secretária Estadual de Coordenação e planejamento, a Região das hortênsias é formada por dez municípios. Constitui-se na região que possui o menor número de habitantes e a terceira menor densidade demográfica do Estado e municípios que integram o Corede Hortênsias São Bom Jesus, Cambará do Sul, Canela, Gramado, Jaquirana, Monte Alegre dos Campos, Nova Petrópolis, São José dos Ausentes, São Francisco de Paula e Vacaria (TOMAZZONI, 2007, p.183).

Como visto até o momento, a economia da região e dos municípios a ela inseridos, esta interligada a cadeia do turismo, seu potencial natural e uma colonização que soube valorizar e empreender fizeram desta região um polo importante do turismo no Rio Grande do Sul. Entre os municípios integrantes dessa região, Nova Petrópolis foi escolhida para desenvolver esse estudo, uma vez que apresenta em seu território os elementos envolvidos no problema de pesquisa. Possui forte presença do

cooperativismo, da agricultura familiar e acredita na importância dessas duas forças para a continuidade e crescimento da região.

Em virtude de ter sediado a primeira cooperativa de crédito, que está ativa desde dezembro de 1902, Nova Petrópolis passou a ser o berço do cooperativismo de crédito da América Latina. Por isso, o dia 19 de janeiro de 2010 é importante, pois a cidade recebeu o título de Capital Nacional do Cooperativismo (PMNP, 2015). No momento, o município possui nove cooperativas, sendo cinco fundadas na própria cidade. Entre os passeios turísticos e culturais do município, vários contemplam o campo do cooperativismo, como, por exemplo, o roteiro de visitação, a sede da SICREDI Pioneira RS, Museu SICREDI, Museu Padre Amstad, assim como seu monumento, a pedra simbólica do cooperativismo, a sede da Cooperativa Pi , entre outros (PMNP, 2015). O setor primário de Nova Petrópolis baseia-se na produção de leite, suinocultura, avicultura e mant m a fruticultura. No setor secundário, estão os calçados, laticínios e metalurgia, em 2006 (TOMAZZONI, 2007), a agropecuária representava 16,4% da economia.

Tabela 1 - Dados Populacionais e Territoriais de Nova Petrópolis.

População estimada para 2014	20.275
População 2010	19.045
�rea de unidade territorial (km ²)	291.300
Densidade demográfica (hab/km ²)	65,38

Fonte: IBGE (2010)

O cooperativismo está presente em praticamente todos os setores econ micos e sociais do município, como é caso de escolas cooperativas que atendem crianç s e jovens da comunidade, cursos de capacitação que são oferecidos pelas cooperativas locais em parcerias com outras instituições de ensino que atendem não somente os cooperados, mas a comunidade em geral. De fato, esse parece ser o grande diferencial deste modelo empresarial, todo trabalho desenvolvido pela comunidade   revertido em melhorias na educação, lazer e geração de novos empregos.

3.3.2 Cooperativa Piá

Diante das inúmeras demandas que foram surgindo e sendo identificadas na região em que está situada, até então, a Cooperativa Piá surgiu da necessidade de desenvolver um projeto diferenciado, que foi idealizado pelos alemães já estabelecidos no Brasil por intermédio de um convênio firmado entre os governos brasileiro e germânico. O primeiro passo foi a escolha do município, Nova Petrópolis, e, logo após, a sugestão de um projeto para implantação de uma usina de laticínios, que viabilizaria organizar um sistema simples, no qual o leite fosse coletado em baldes, em pequenas fabriquetas, para um processo mais mecanizado e moderno. (RELATÓRIO DE GESTÃO DA COOPERATIVA PIÁ, 2013, p. 13).

Inicialmente, a cooperativa foi batizada de Cooperativa Agropecuária Petrópolis Ltda – Coapel, fundada em 29 de outubro de 1967. Em sua primeira assembleia de fundação, dos 400 agricultores presentes, 213 tornaram-se sócios e foram integrados a uma nova realidade, ou seja, passaram a ser membros de uma cooperativa. Entre os anos de 1967 a 1972, quando teve início a produção de leite, recebeu novos técnicos alemães, bem como grupos de jovens que foram enviados para Alemanha no sentido de aprender novas técnicas agrícolas.

Durante o período de planejamento e construção, foi intenso o trabalho de convencimento dos colonos que residiam no local. Parte de tal trabalho era feito pelo Sindicato Rural local, pelos técnicos estrangeiros e, principalmente, pelos próprios jovens que, após retornarem de seus estágios na Alemanha, apresentavam aos pais e familiares uma nova alternativa de produção com auxílio, organização e tecnologia. Passado esse período de adaptação dos colonos e da construção de um prédio com maquinários necessários, já era possível fazer a coleta de 2 mil litros de leite por dia. Com isso, em 25 de outubro de 1972, ocorreu o início de sua produção, fazendo daquele momento uma mudança definitiva no futuro de Nova Petrópolis. Contudo, a cooperativa sentiu a necessidade de implantar uma marca que estampasse o rótulo de seu produto, surgindo, então, a marca PIÁ, apresentando a figura de um menino saudável bebendo leite. O nome simples e curto logo teve aceitação de todos e hoje estampa centenas de produtos.

No mesmo ano, a cooperativa passou a oferecer algo inédito para o país, ou seja, a assistência técnica móvel para seus associados, com equipamentos

modernos e resultados rápidos. Esse sistema de apoio continua até hoje, trabalhando de uma forma mais centralizada, com foco na prevenção. Em 1976, surgiu o Plano Integrado de Assistência Técnica (PIAT) com o intuito de oferecer atendimento veterinário gratuito, orientações sobre normas sanitárias e biossegurança. Pioneirismo também com a inseminação artificial de animais para auxiliar, de forma efetiva, produtores que possuíam baixa renda.

Nesse sentido, tem-se que a alma da Cooperativa Piá esteja na jovialidade de sua marca e, ao mesmo tempo, na maturidade de somar experiências e vivências. Suas ferramentas são inovação e tecnologia, sua razão é a qualidade e o ser humano é sua essência. Focando sempre em tal propósito, em 2011, a cooperativa implantou o Programa de Qualidade 7 S's, objetivando:

melhorar a qualidade dos produtos e serviços; oferecer qualidade de vida aos funcionários; educar para a simplicidade de atos e ações; maximizar o aproveitamento de recursos disponíveis; reduzir gastos e desperdícios; otimizar o espaço físico; reduzir e prevenir acidentes; aumentar a autoestima e aperfeiçoar a capacitação profissional. (RELATÓRIO DE GESTÃO DA COOPERATIVA PIÁ, 2013/2014, p. 33).

Inicialmente, o leite era seu produto único. No entanto, seus associados não eram somente produtores de leite. A cooperativa já contavam com a participação de alguns plantadores de frutas, que, por conta do solo fértil, eram incentivados pelos técnicos alemães ao cultivo de produtos para venda. Com o tempo, o espaço para o armazenamento das frutas tornou-se escasso. Por isso, em 1979, a produção de doces de frutas foi iniciada. Em 2013, foi inaugurada uma nova unidade de processamento de frutas aumentando a capacidade de produção de polpa de 2,5 toneladas para 10 toneladas por hora, proporcionando um produto com maior qualidade e preço competitivo ao mercado. No tocante à variedade de produtos lácteos, a cooperativa produz bebidas para adultos e crianças, comercializadas de diferentes formas e com variados sabores. Tem-se do leite achocolatado ao iogurte grego, bem como são produzidas bebidas que tem como base a soja, leite sem lactose para intolerantes a proteína do leite entre outros.

A missão da cooperativa é desenvolver a cadeia produtiva, a industrialização e a comercialização de alimentos saudáveis por intermédio de processos internos inovadores, para atender as necessidades dos clientes,

associados, funcionários, consumidores e comunidades, empenhando-se ao máximo para seus 3.230 associados (produtores de leite e frutas) e mais de 4 milhões de consumidores (RELATÓRIO DE GESTÃO DA COOPERATIVA PIÁ, 2013/2014, p. 42). A produção de leite, em 2013, foi de 500 mil litros por dia, produzindo 256 produtos e distribuindo para mais de 16 mil pontos de vendas. Para garantir esse caminho como líder absoluta de mercado, a Piá investe em modernização constante visando ampliar sua produção e se manter nesse caminho de sucesso (RGCP, p. 42)

Desde 1986, constam com fabricação própria para produção de ração com o intuito de atender demandas existentes. Uma fábrica foi montada na cidade de Nova Petrópolis e outra em Vila Maria, produzindo linha bovinos, linha aves, suínos e cavalos, além de farelo de soja, milho e milho moído. As duas, juntas, produziram, em 2013, 30 mil toneladas de rações. Otimizando a demanda na alimentação dos animais dos produtores (p. 43). Dentre os seus valores estão, no caso, a busca pela excelência de seus produtos que pode ser vista a partir de seus projetos e estratégias apresentadas até o momento. Constantes processos internos de melhorias e zelo por sua imagem fazem da cooperativa um referencial regional de qualidade (p. 36).

Em 2013, a cooperativa recebeu pelo décimo ano consecutivo a premiação Carrinho Agas, prêmio destinado ao reconhecimento do trabalho de empresas que são líderes de destaque, no atacado, varejo e indústria, assim como no cenário político (p. 70). O capital humano é o principal pilar de sustentação da Piá, uma vez que, sem cooperação mútua, não há cooperativismo. Por isso, a cooperativa pensa sempre no bem-estar de seus associados e da comunidade. Segue quadro demonstrativo dos principais projetos e atividades voltados a qualidade de vida dos seus cooperados:

Quadro 2 - Projetos Sociais Promovidos e/ou patrocinados pela Cooperativa Piá

PIÁ: SEMENTE DO FUTURO	Projeto Amigos do Verde: projeto socioambiental com foco em ações voluntárias
	Reciclar para Preservar: oportunidade de realizar ações de conscientização e amor à natureza
	Pensando no meio ambiente: portal com informações relacionadas aos cuidados com a natureza
	Mercado Livre de Energia: economia e sustentabilidade, conceito de energia alternativa
	Projeto Amigos do Coração: Grupo de voluntários que visitam orfanatos, casas de repouso, entre outros
	Projeto Doação de Leite: em parceria com a Bayer, oferece doação de litros de leite para escolas e entidades
	Ações de Verão: Atividades esportivas a beira mar com distribuição de brindes entre outros
PIÁ: VIDA SOCIAL	Picada Café em um Click: Atua como patrocinadora em projeto orientado com fotógrafo
	Participação em Festividades: Atua como patrocinadora distribuindo brindes e degustações
	Valorização das Mulheres: Palestras
	Ações Esportivas: Patrocina atividades esportivas como corridas, ciclismo entre outras
	Redes Sociais: <i>facebook</i>
	Revista Essence e Piaquito: Informativo dos produtos e ações realizadas, disponíveis para colaboradores, associados e comunidade
	Apoio à Cultura: Patrocina diversos feiras, oficinas e ações que promovem leitura a comunidade

Fonte: Relatório Gestão da Cooperativa Piá (2014)

A busca por excelência de seus produtos, valorização do capital humano e constante preocupação com o futuro, seja do futuro a empresa cooperativa a qual várias famílias estão agregadas e associadas, ou, ao bem-estar geral de uma sociedade que abriu seus abraços para a inovação demonstrando confiança e

aprendizado no trabalho em conjunto, fazem do município de Nova Petrópolis um exemplo a ser seguido.

3.4 Curso de Gestão da Pecuária Leiteira

Neste momento, será apresentado o curso Gestão da Pecuária Leiteira, foco de análise deste estudo. Muito do leite produzido no Rio Grande do Sul, vem de pequenos produtores da agricultura familiar, essa é uma característica da produção de leite do nosso estado. A tabela abaixo representa a produção de leite advinda desses trabalhadores em média/dia. Essa tabela foi extraída do material produzido pela cooperativa.

Tabela 2: Dados referentes produtores/produção de leite do Rio Grande do Sul

Produtores Leite	Média prod. Leite dia	Média captação leite dia
134.654	79 litros	10,6 milhões litros

Fonte: EMATER/ RS, 2011

O curso foi idealizado em parceria com a Cooperativa, a SESCOOP-RS e REAHGRO, como ferramenta de aperfeiçoamento dos produtores de leite (COOPERATIVA PIÁ). O curso foi dividido em módulos, como apresentado a seguir:

Quadro 3 - Cronograma dos módulos GPL/Piá

Módulos	Disciplina
1	Bases para o planejamento do sistema de produção
2	Manejo alimentar de vacas leiteiras
3	Controle de mastite e qualidade do leite
4	Gerenciamento de pessoas e equipes
5	Planejamento forrageiro para rebanhos leiteiros
6	Gerenciamento da sanidade
7	Criação de bezerras e recria de novilhas
8	Gestão de índices como estratégia para a tomada de decisões
9	Reprodução
10	Controle financeiro (fluxo de caixa e custo de produção)
11	Melhoramento Genético
12	Gestão da pecuária de leite

Fonte: Cooperativa Piá/REHAGRO - 2013

As aulas teóricas eram ministradas por profissionais da REHAGRO (Mestres, Doutores, Especialistas) e as aulas práticas na propriedade do aluno/associado, porém, com a participação de um profissional da REHAGRO, bem como um profissional da Cooperativa Piá. O período do curso foi de 24/04/2013 até 10/04/2014. Cada módulo era caracterizado por dois dias de aulas, com diferentes conteúdos.

As aulas foram realizadas nas salas disponibilizadas pela ACI de Nova Petrópolis e também na ASSEPIA, local que integra a cooperativa. As aulas eram ministradas ao mês, durante dois dias, com início às 8h e final às 17h30min, com intervalo para lanches e almoço. Como eram doze módulos, o curso teve duração de um ano. O associado não precisou pagar nenhum valor, ou seja, não teve custo alguma a não ser com o próprio deslocamento até o local das aulas. O processo seletivo foi acompanhado pela equipe técnica da cooperativa, atenta a cada uma de suas especialidades. Para participar do primeiro curso Gestão da Pecuária de Leite (GPL), os produtores foram selecionados da seguinte forma (COOPERATIVA PIÁ):

- 1) Produtores da região da sede Cooperativa Piá (onde seria ministrado o curso);
- 2) Produtores que tivessem um estrutura familiar que possibilitasse a participação de um filho (a) no Curso GPL;
- 3) Produtores que já possuíam uma visão/intenção de investir e ampliar o negócio do leite;
- 4) Produtores que tinham o leite como principal fonte de renda da propriedade;
- 5) Produtores que tivessem o interesse de que alguém da família participasse do curso GPL;
- 6) Número máximo de produtores 35 (sugerido pela Equipe REHAGRO por proporcionar um melhor aprendizado, melhor aproveitamento do curso e possibilitar o acompanhamento prático em tempo hábil).

Como estímulo para as propriedades participantes, a cooperativa custeou o curso GPL, local/Infraestrutura referente a parte teórica do curso, alimentação, assistência na propriedade (parte prática), optou também por pagar um bônus de R\$ 0,01 litro leite. O bônus de R\$ 0,01/litro leite só era pago se o aluno/associado não faltasse no dia das aulas (COOPERATIVA PIÁ)

Com intuito de melhor atender cada propriedade, o responsável técnico, Marcelo Witchmann, seguia um *check-list* das visitas técnicas conforme abaixo:

- Agendar as visitas;
- Comunicar o produtor com antecedência das visitas com objetivo dele se programar e providenciar os dados;
- Digitação dos dados Zootécnicos;
- Secagem;
- Partos (Atribuir o número do animal nascido em caso de fêmea);
- Inseminações (Atribuir ao serviço à condição de IA, ex: protocolo);
- Mortes/Baixas (Colocar motivo);
- Produtividade por vaca;
- Produção total (Excel e IDEAGRI);
- Desmama;
- Pesagem recria;
- Qualidade do leite;
- Diagnóstico reprodutivo;
- Retirar relatório reprodutivo;
- Filtros: acima de 10 dias pós-parto;
- Inseminadas acima de 34;
- Gestantes de 35 até 100 e de 190 até 225;
- Digitar os dados obtidos (lembrar-se de atribuir progesterona a base recomendada e especificar o uso do implante no campo observação, 1, 2 ou 3);
 - Em caso de descarte atribuir na ficha do animal esta condição (Doadoras, Receptoras ou Descarte);
 - Recomendações de IATF ou outros hormônios (Deixar hormônios necessários);
 - Retirar a agenda de eventos (partos, secagens e desmame);
 - Nutrição;
 - Aproveitar o momento do diagnóstico reprodutivo e avaliar o escore dos animais nas diversas fases da lactação;
 - Avaliar os alimentos utilizados na propriedade para ajuste no programa de dietas;
 - Questionar o produtor sobre o manejo alimentar (mudanças e rotinas);
 - Periodicamente enviar amostras de alimentos para análise bromatológicas;
 - Retirar o relatório “Dietas”, que deve ser montado em todas as propriedades. (campos: número do animal, DEL, ult. E penult. controles, situação

reprodutiva, dias após ult. IA, grau de sangue e ordem de parto). Exportar esse relatório para local conhecido no PC em CSV;

- Fazer os lotes, obter as médias de produção e DEL e o desvio padrão da média de leite no Excel. Utilizar essas informações mais as informações de alimentos no programa de dietas;

- Deixar as recomendações escritas datadas com o dia da visita;
- Avaliar o ganho de peso dos animais da recria e deixar as informações de quais animais estão ganhando peso adequadamente e quais estão necessitando de ajustes;

- Análise dos dados, discussões e ajustes de manejo;
- Retirar taxas de concepção e prenhez;
- Relatório de histórico de pesagens de leite;
- Relatório de acompanhamento de produção de leite (Excel);
- Ganho de peso das Bezerras;
- Qualidade do Leite;
- Visitas nos pontos de ajuste da propriedade;
- Envio de backup e formulário de visita;
- Enviar via plataforma ideagriweb.

Este *check-list* visa demonstrar o trabalho desenvolvido pelos técnicos durante as visitas que realizam nas propriedades. Assim, com base nos dados coletados e incluídos no *software ideagroweb*, é possível chegar aos indicadores que irão auxiliar a melhoria da produção do associado.

Uma das grandes missões de uma cooperativa, é prestar assistência a seus associados, visando aumentar a produção, melhorando a rentabilidade do negócio de uma forma sustentável. Esta melhora da renda invariavelmente incide em melhor qualidade de vida, melhor auto estima dos associados, auxilia enormemente na manutenção da atividade como negócio, na manutenção da propriedade como unidade produtora e na sucessão familiar, já que os jovens podem vislumbrar um futuro de qualidade para si e sua família. Além de aproximar o associado da sua cooperativa, fazendo-o se interessar por questões da cooperativa, objetivando uma maior evolução e fortalecimento da mesma (WITCHMANN, 2014, p 6).

O curso foi desenvolvido para auxiliar os produtores no entendimento de diversos fatores relacionados à produtividade, tendo a sucessão familiar como objetivo final, uma vez que a intenção é apresentar aos jovens um negócio que, devidamente gerenciado, é muito rentável. Com isso, tenciona-se fazer com que eles sintam-se motivados a permanecer no campo e empreender no meio rural.

O desenvolvimento do curso se deu após a constatação de uma perda significativa de associados, por velhice ou aposentadoria, e sem a preparação de um sucessor. Nestes termos, as propriedades nas quais constam as necessidades já especificadas até o momento, passaram a ser o foco principal da cooperativa, uma vez que a intensão está no resultado em curto prazo.

O curso visa à gestão da propriedade, para que, assim, seja possível para as famílias administrar, com maior eficiência, sua produção demonstrando para as gerações futuras que a produção de leite pode ser um negócio que trará retorno financeiro aliado a uma melhoria na qualidade de vida.

Na próxima seção será apresentada a análise com os resultados adquiridos pela primeira turma de 2014. Os primeiros associados a participar do processo e após a conclusão final de todas as etapas. De modo semelhante, está em evidência a entrevista realizada com o presidente da cooperativa, abordando sua opinião a respeito da maneira como são estabelecidas as relações entre a cooperativa e os seus associados.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Este estudo objetivou investigar, no primeiro instante, qual é a estratégia da Cooperativa Piá, localizada em Nova Petrópolis (RS), proposta para auxiliar na solução da problemática da sucessão na agricultura familiar. Para tanto, foi realizada uma entrevista com o presidente da cooperativa, que representou a direção da empresa. Dessa forma, foi possível verificar se existe a preocupação com o tema e quais são as razões para isso acontecer. Nesta primeira parte das análises, no caso, serão descritos e analisados os resultados da entrevista realizada com o presidente da Cooperativa, caracterizando a opinião da direção e, em seguida, será apresentada a análise das respostas dos associados entrevistados. Salienta-se que as perguntas integram o questionário anexado ao final do trabalho.

De acordo com o presidente da Cooperativa Piá, entre os anos de 1969-1970, todos os associados tinham leite e frutas, mas não possuíam tecnologia, eficiência, garantias comerciais e assistência técnica, sendo nesse período e com esse cenário que os alemães trouxeram o projeto de viabilizar a produção de leite, pois o objetivo da cooperativa Piá era e continua sendo viabilizar econômica e socialmente seus associados. Registra-se que 90% dos produtos vendidos pela cooperativa, a matéria prima é proveniente dos associados. Portanto, quando questionado sobre o porquê de sua preocupação com a sucessão familiar, vide questão 1 de apêndice I, o presidente relatou que, sendo o produtor de leite o seu maior fornecedor, este precisa pensar no futuro da propriedade e, nesse caso, considerando o fato de que os associados estejam totalmente integrados à cooperativa, buscou-se a curto, médio e longo prazo que eles continuassem sendo os maiores fornecedores de matéria prima para fabricação dos produtos

Vale salientar que, nos últimos anos, a cooperativa passou a constatar certa redução de seus associados, porém o fato não tem relação com desvantagens ou perdas para concorrência, mas sim em função da idade avançada dos proprietários dos estabelecimentos rurais. É comprovado que muitos deles acabaram abandonando a atividade familiar por não ter preparado um sucessor. Confirmando a hipótese de que uma parcela considerável dos jovens que são das famílias rurais da região vem saindo dos estabelecimentos em busca de trabalho em atividades não agrícolas, principalmente nos centros urbanos locais ou da região metropolitana de Porto Alegre. Com isso, o presidente da cooperativa estima que, atualmente, a

maioria das propriedades inativas tenham surgido pela não ocorrência da sucessão. De acordo com o dirigente, não houve uma preocupação dos pais, com aproximadamente quarenta anos, em preparar os filhos quando estes ainda estavam estudando e poderiam, juntos, pai e filho, irem gerenciando a propriedade.

Spanevello e Lago (2008) atentam para as crenças, culturas e padrões que contribuem para a dificuldade que algumas famílias apresentam quando se trata de programar uma sucessão. Esse pensamento é frequente em famílias que não costumam conversar sobre morte e herança, preferem não gerar conflitos enquanto ainda permanecem no controle da propriedade e na ordem familiar.

Contudo, se a redução de associados continuar crescendo dessa forma, estima-se que em dez anos restarão apenas 20% dos atuais 2.500 produtores de leite que são associados na cooperativa. O que é mencionado, então, comprova a falta de uma sucessão elaborada, isto é, o filho acaba não reconhecendo que o leite seja um negócio rentável e não apresenta interesse em continuar com a produção da propriedade.

Ainda no tocante à questão 2 do apêndice I, a cooperativa acredita que é possível os filhos dos produtores se interessarem mais pela produção de leite, se estes entenderem que o leite é um negócio, que pode ser rentável se bem administrado e que é possível viver com qualidade de vida no campo. Todavia, reconhecer no campo uma qualidade de vida que estimule os mais jovens, é uma tarefa difícil para os pais. Schneider e Oliveira (2009), destacam que vários são os fatores que apontam para tais dificuldades, entre elas, as constantes atrações do meio urbano e o trabalho menos árduo, com salários fixos e possibilidade de maior tempo disponível para o lazer. Tais fatores ainda encontram-se difíceis de contrargumentar com os jovens quando se trata de optar entre permanecer ou não em meio rural.

4.1 Orientações da cooperativa sobre Gestão da Pecuária Leiteira (GPL)

Sabendo que o leite figura como o seu principal produto, a cooperativa preocupa-se com o futuro da sua produção, pois é por intermédio da parceria entre cooperativa e cooperado que a empresa cresce a cada ano, agregando novos produtos e conquistando novos mercados. Considerando que 90% do leite utilizado vem dos produtores rurais da região, manter esse percentual se torna necessário,

pois, caso fosse preciso trazer esse percentual de leite de outros lugares, isso acarretaria custos elevados e ameaçaria o crescimento da cooperativa e o desenvolvimento da região.

Nesse sentido, ao diagnosticar os motivos das recentes perdas de produtores de leite, a cooperativa, em parceria com a SESCOOP-RS e a REAHGRO, criou o curso de Gestão da Pecuária Leiteira (GPL), com o intuito de qualificar, capacitar e proporcionar a oportunidade de estabelecer uma nova gestão nas propriedades. De acordo com a direção da cooperativa, quando o filho do associado aceita a prevalência do leite como negócio, ele deve ser incentivado e capacitado, ou seja, desenvolve-se um trabalho de convencimento para que venha participar do curso e da gestão da propriedade. Vale ressaltar que foram estabelecidos critérios básicos exigidos para que fosse possível assegurar a participação no curso, ou seja, o futuro aluno deve ser um jovem integrante de uma propriedade produtora de leite que ainda esteja morando com os pais. Quando tal fato é verificado, então, o pretendente pode ser considerado candidato ao curso e tem a oportunidade de receber as capacitações. (Questões 4 e 5 do apêndice I).

É importante salientar que o corpo docente do curso é composto por professores com apropriado nível educacional e pedagógico, no sentido de auxiliar na demonstração da importância da capacitação. Sendo assim, além de oferecer as aulas teóricas, de realizar diagnósticos essenciais para as propriedades e proporcionar conhecimentos provenientes de diversas disciplinas, o curso trabalha com indicadores específicos que acabam sendo seu grande diferencial, ou seja, eles são identificados dentro da propriedade e favorecem a gestão final. Destaca-se também que o associado participante do curso, conforme a quantidade de leite produzida, recebe um valor adicional a cada mês, exceto se começar a faltar no dia das aulas. Além desse valor adicional, com base nos conhecimentos adquiridos, os participantes passam a diminuir seus custos, pois começam a gerenciar de maneira mais eficaz a sua produção. (Questão 2 do apêndice I)

Na opinião da direção da cooperativa, criar uma estratégia para ter uma sucessão mais solidificada deve acontecer com a transferência de tecnologia e capacitação. Um dos fatores que costumam atrapalhar o processo sucessório é proveniente do fato de que os pais não busquem, enquanto ainda estão mais novos e em conjunto com seus filhos, uma solução para a sucessão. Assim, quando já estão com idades mais avançadas ou são portadores de alguma doença e vão

procurar os filhos, por vezes, costumam não ter êxito. Com isso, aqueles que poderiam compor o processo de sucessão, na maioria das vezes, já estão envolvidos com atividades consolidadas em outros setores, não estando mais interessados nem devidamente capacitados para gerenciar a propriedade. Nesse momento, os filhos não estão mais residindo na propriedade, já possuem estabilidade em outra região e, mesmo se pensassem em retornar, não estariam capacitados ou motivados o suficiente.

O contexto apresentado, então, revelou a diminuição de associados. Segundo a direção da cooperativa, os principais motivos para que isso aconteça são a idade avançada dos pais e a falta de um sucessor. Uma propriedade sem sucessão acaba sendo perdida, pois a produção e as terras se tornam improdutivas. No entanto, os pais continuam residindo no local até que morram e a divisão da herança possa ser realizada. O presidente ressalta o fato de que, embora os agricultores não percebam, eles acabam esperando muito e perdem o momento oportuno de preparar um sucessor.

A cooperativa busca, ao traçar suas estratégias, capacitar os filhos dos associados com base nos cursos de gestão e pelo acompanhamento técnico, para, com isso, atingir no futuro uma sucessão final satisfatória. A direção utiliza a motivação financeira, porém reconhece que esta estratégia é imediatista para o jovem rural, visto que uma propriedade pode gerar lucro financeiro. No entanto, a cooperativa entende que também é necessário traçar metas no sentido de consolidar ou solidificar o processo, como, por exemplo, a educação infantil, que poderá ir além da capacitação com o viés econômico, que, para o jovem, tem apenas a motivação imediata em função da obtenção do lucro.

A cooperativa acredita no valor da capacitação. O jovem capacitado tem mais chances de querer continuar no campo. Por isso, precisa entender tudo o que for possível a respeito do leite e reconhecê-lo como um negócio. É o primeiro passo, frisou o presidente da Piá. Entretanto, não costuma ser muito simples convencer os jovens a realizar o deslocamento até a cidade para assistir aulas e deixarem, ao menos em alguns instantes, a propriedade. Nesse caso, mais estratégias são buscadas e pensadas, tais como oferecer um aumento no valor pago para cada litro de leite ao mês. É uma alternativa, pois os jovens acabam constatando que seus esforços são recompensados também financeiramente. (Questão 6 do apêndice I)

Neste mesmo pensamento, Spanevello e Lago (2008), na seção 2.1.2, acreditam que uma propriedade mais produtiva e com maior retorno financeiro tende a ter menos problemas com a sucessão, isto pode ocorrer pelo acesso à informação dos gestores atuais, passando uma visão mais otimista para as gerações futuras. Observando o ponto financeiro como algo estimulante aos possíveis sucessores o curso procurou compensar através de lucro a permanência dos associados nas aulas teóricas.

Além dessa compensação financeira proveniente produção do litro de leite, há também a baixa nos custos da propriedade, que evidencia a boa gestão. É importante frisar que, durante o curso, os produtores são acompanhados também pela equipe técnica formada pelo veterinário técnico e por outros profissionais. Dessa forma, eles acompanham o dia a dia na propriedade podendo, assim, vivenciar os problemas e depois levá-los para a discussão e possível solução dentro da sala de aula. Esse é o princípio da pedagogia da alternância, isto é, poder integrar a teoria e a prática dentro da propriedade. Com efeito, o aluno percebe que é integra um processo importante (CALLIARI, 2001).

Com a diminuição dos custos fixos, bem como pela melhoria na gestão, no final do mês o lucro da propriedade aumenta. O trabalho acaba sendo mais eficiente, mesmo sem que seja preciso modificar o maquinário ou adquirir novos animais, apenas com uma nova organização, que é baseada em planilhas e indicadores de controle. Sendo assim, o presidente acredita que existem três fatores preponderantes quanto à problemática da sucessão familiar:

a) os pais acabam não conseguindo preparar os filhos o mais cedo possível e, embora não percebam, ainda reforçam a crença de que não vale a pena continuar no campo para realizar um trabalho que costuma ser tão árduo;

b) a falta de capacitação e qualificação, gerencial e técnica. Por isso, o curso foi pensando para solucionar essa questão;

c) a universalização da educação fundamental e média, que também poderia ser um fator que auxiliaria em uma nova visão do homem do campo. Nesse caso, outros órgãos e entidades de apoio precisariam atuar, pois isso traria resultados mais sólidos a longo prazo. (Questão 7 do apêndice I)

Sobre o tema da sucessão, Moraes (2011) diz que se a criança escutar desde pequena o quanto é difícil viver do campo e passar a acreditar na ideia de que seus pais sempre serão considerados “colonos de enxada na mão e roupas rasgadas”,

provavelmente, ela sairá do campo quando for adulta, pois irá conceber o ambiente como hostil e difícil. Ainda sobre a educação, quando questionado, o presidente da cooperativa também considerou que a imagem do colono ainda é muito desvalorizada pela sociedade, porém acredita que, aos poucos, esta realidade será modificada.

Vale frisar que, embora possa ser apenas um efeito da evolução, os agricultores chegavam para uma assembleia ou curso, há alguns anos, em carros mais simples e sem qualquer equipamento considerado mais luxuoso para época. No entanto, atualmente os jovens chegam em carros mais modernos, novos, munidos de *notebooks* e, assim que terminam as aulas, postam suas fotos em redes sociais. Eis uma nova realidade surgindo e, mesmo sabendo que ainda não são todos os que já estão atingindo esse patamar, eles percebem que podem alcançar uma melhoria na qualidade de vida. Para isso, precisam acreditar no potencial do seu trabalho, buscar a qualificação que farão com que possam empreender no contexto rural. Esse pensamento corresponde ao que Moraes (2011) explicita acerca da importância do empreendedorismo junto à sucessão, pois a ânsia de crescimento e valorização do jovem somada ao conhecimento empírico do pai e a qualificação externa, poderá fazer com que sejam mais livres e capazes de fazer suas escolhas.

Concluindo essa primeira parte, na qual foram apresentadas as respostas dos questionamentos feitos (questionário presente no apêndice I) ao presidente da cooperativa, pode-se verificar que os argumentos ressaltados por ele apresentam correspondência direta com o que é dito por autores que também abordam os temas sucessão agrícola familiar, bem como o processo educacional agrícola no Brasil, principalmente no tocante à imagem do agricultor.

4.2 A política de capacitação da cooperativa do ponto de vista dos familiares associados participantes

Neste segundo momento, então, são apresentadas as respostas das entrevistas realizadas com os associados da cooperativa, que participaram do curso e tiveram disposição para repassar suas opiniões e informações a respeito. As compilações das entrevistas foram agrupadas de forma que cada uma seja apresentada sequencialmente e, assim, seja possível visualizar, de forma mais

individualizada e organizada, as respostas. A seguir são apresentadas as principais características familiares dos associados respondentes.

O perfil dos participantes dos cursos oferecidos pela cooperativa evidencia que eles são associados há mais de 10 anos, predominantemente, entre 20 e 25 anos de parceria. São sucessores e herdeiros das terras deixadas por seus genitores que, em sua maioria, também foram associados da cooperativa. Muitos já estavam atuando em atividades fora desse contexto, porém voltaram para assumir o trabalho e a gestão familiar da propriedade quando os pais apresentaram algum tipo de doença ou acabaram falecendo. É importante salientar que, embora a maioria deles exerçam atividades internas ligadas ao trabalho dentro do estabelecimento, muitas famílias ainda têm membros que executam atividades fora (cônjuge ou filhos). Assim, auxiliam nas atividades apenas ao final do dia, nos finais de semana ou durante o período de férias. É importante frisar que alguns jovens, possíveis sucessores que ainda moram nas propriedades dos pais e pretendem dar continuidade ao que foi iniciado, reconhecem que o mundo fora desse contexto oferece muitas facilidades que são “encantadoras” podendo instigar o desejo de sair do campo.

Sabe-se que os produtores são os responsáveis pelo fornecimento de leite para a cooperativa, auxiliam nas tarefas de produção de silagem e no trabalho com os animais, bem como realizam algumas atividades também relacionadas à criação de pequenos animais para consumo familiar. A maioria dos jovens e potenciais produtores costuma atuar, junto com seus pais, em todas as etapas da produção agrícola de culturas anuais e na produção de leite, porém poucos acabam destinando a devida atenção aos processos que envolvem a gestão da propriedade. Por isso, alguns agricultores já percebem que seus filhos, mesmo ainda sendo menores, evidenciam a vontade de sair do meio rural. Outros relatam que é possível notar evidente falta de interesse dos jovens pela região e muitos não desejam mesmo continuar na propriedade. Além disso, nas propriedades de pequeno porte, prevalecem as dificuldades que fazem com que não se produza o suficiente para manter toda família e fazer com que os filhos fiquem em casa com algum conforto.

Os associados participantes do curso relataram que, quando ficaram sabendo da oportunidade oferecida pela cooperativa, tiveram a iniciativa de ir em busca de mais informações, outros afirmaram que ouviram chamadas divulgadas pelos programas de rádio e também foram até a cooperativa com a intenção de saber

como o curso iria favorecer a sua capacitação. Além disso, alguns produtores foram diretamente convidados pela cooperativa. Nesse caso, relataram que aceitaram o convite ao saber que eles não teriam gastos e outros porque tinham o intuito de adquirir mais conhecimentos, mesmo que tenham sido, ou não, incentivados por seus familiares. Identificou-se que muitos procuraram o curso porque pretendem dar continuidade ao trabalho dos pais na gestão do negócio familiar. Além dos conhecimentos técnicos apresentados aos alunos ao longo das aulas, a cooperativa reforça a participação no curso ao evidenciar que os produtores também receberão, nas suas propriedades, um acompanhamento técnico destinado aos animais, devidamente realizado por um médico veterinário e sem nenhum custo. Com isso, uma das participantes relatou que o curso auxiliou muito, principalmente com as visitas técnicas, visto que os animais costumam ser atingidos por problemas que desencadeiam doenças que precisam ser entendidas e tratadas adequadamente. Tal participante também ponderou que o curso abriu seus horizontes em relação “ao porquê fazem o que fazem” (Entrevistada F).

Os participantes do treinamento, ao menos a maior parcela deles, afirmaram o entendimento acerca do fato de que a continuidade da relação com a cooperativa deva ser mantida frequentemente, pois trata-se de uma parceria que funciona muito bem, principalmente quanto às visitas técnicas, que favorecem o melhoramento da qualidade do leite e o apoio da cooperativa no desenvolvimento da região. Em relação aos resultados alcançados, bem como ao fato do curso ter, ou não, atendido todas as expectativas dos participantes, eles, em grande maioria, responderam de forma positiva. Alguns deles informaram, inclusive, que o curso atendeu expectativas em relação aos conteúdos teóricos abordados e elogiaram também o nível dos professores. De modo semelhante, evidenciaram o aprendizado que receberam sobre a gestão da propriedade e as atividades práticas, visto que tiveram o acompanhamento técnico, sem custos, realizado pelo médico veterinário da cooperativa durante 12 meses. No geral, os participantes pretendem dar continuidade ao trabalho de gestão da propriedade.

No tocante às expectativas em relação aos resultados alcançados, parte dos associados participantes destacou que o curso tinha também o objetivo de atingir os jovens, favorecendo a troca de experiências e aquisição de conhecimentos, que depois poderiam ser compartilhados também com os demais membros da família. Além disso, buscou-se incentivar o espírito empreendedor de cada em benefício da

continuidade na produção. Com isso, esses jovens teriam condições de “olhar para frente” com uma visão geral de todo o agronegócio, facilitando o enfrentamento das dificuldades, o aumento da produtividade e da produção da propriedade, assim como salientou Pagotto (2016), na seção sobre sucessão, ao atentar para o fato de que a cultura ultrapassada do patriarca absoluto deva ser alterada pelos mais jovens porque atualmente possuem maiores conhecimentos e vivenciam a importância da discussão familiar. Morais (2011) também salienta para a responsabilidade das universidades, escolas e demais veículos de geração de conhecimento em serem responsáveis por apresentar ao jovem uma nova visão de mundo. Veiga (2001), por sua vez, esclarece que deveria prevalecer um ambiente educacional como forma exclusiva de fortalecimento da agricultura familiar.

A experiência com o curso, (questão 3 do apêndice II) foi muito proveitosa para a maioria dos participantes, ao abranger vários assuntos importantes. Para eles, o curso superou as expectativas e, com as visitas técnicas realizadas nas propriedades, foi possível constatar as mudanças quanto à criação e o cuidado com os animais, pois notou-se a melhoria da saúde de cada um deles e o aumento da produção. A pedagogia da alternância alia prática e teoria e segundo afirma Jesus (2011) é um processo dinâmico e complexo que alimenta na criança ou jovem um amor a sua cultura.

De maneira geral, são considerados empreendedores rurais todos aqueles que trabalham e tentam sobreviver no campo, fazem investimentos nas propriedades e buscam conhecimentos para fazer o seu trabalho sempre melhor. Evidencia-se que as propriedades nas quais os pais não acompanharam o surgimento e avanço das novas tecnologias continuam, por assim dizer, com a mentalidade de 30-40 anos atrás, o que tende a gerar frustrações nos filhos, que acabam abandonando o campo. Nesse sentido, a cooperativa pode contribuir, pois tem grande importância no que se refere ao acesso às inovações e novas tecnologias. A cooperativa convida técnicos de grandes indústrias para apresentarem aos associados o que há de novo no mercado de tecnologias e produtos. Os filhos dos agricultores apontaram que, entre as razões que fazem com que eles não se considerem empreendedores rurais, (questão 5 do apêndice II) está no fato de que não tenham autonomia suficiente para buscar incentivos e fazer investimentos na propriedade, isto é, afirmam que não possuem ainda uma visão

mais “globalizada” da produção, bem como consideram que não possuem conhecimento suficiente para tratar a propriedade rural como uma empresa.

Verificou-se, também, que alguns dos jovens participantes do curso acreditam que o ensino técnico formal na escola do município não tem o foco na continuidade no campo, visto que está mais voltado para o trabalho em grandes agroindústrias ou em empresas não agrícolas. Muitos deles acreditam que a escola formal pode ter um papel importante, porém o conhecimento mais importante é aquele que se aprende “dentro de casa”, aquele adquirido com os familiares mais experientes, conhecido como conhecimento não codificado ou o “aprender-fazendo” ou “saber-fazer”. Há aqueles que dizem que a escola pode ser mais ativa no auxílio à autoestima dos jovens rurais, pois a atração externa é grande e eles precisam estar preparados. Sugerem que as escolas urbanas deveriam informar todas as crianças sobre a importância da agricultura, mostrando de onde os alimentos são trazidos e, aos poucos, chegar até as propriedades, evidenciando como é o dia a dia e o alimento sendo produzido para, com isso, valorizar o agricultor. Mencionou-se, também, que os estágios nas escolas técnicas formais da região, como a escola técnica de Nova Petrópolis, fossem realizados dentro de uma propriedade familiar. Nesse caso, eles não seria afastados nem da família, nem da propriedade.

Em contra partida, alguns agricultores citaram como ponto positivo o resultado de uma viagem ao Paraná, quando tiveram contato na prática com a Pedagogia da Alternância, o que poderia ser a melhor forma de fazer funcionar o aprendizado, juntando a teoria, aprendida na escola, com a prática dentro da realidade da propriedade da família, desde as primeiras etapas de aprendizagem. As escolas são importantes para as crianças e toda a comunidade local. Por isso, seria muito bom se elas mostrassem, tanto para as crianças quanto para os jovens, como é importante o trabalho realizado por seus pais, o quanto é significativo entender a realidade local e não somente destacar o que há de bom na área urbana.

Nesse sentido, mesmo sendo os agricultores jovens o foco do curso GPL, verifica-se, na tabela a seguir, que entre os alunos entrevistados há uma predominância de idade entre 31 e 50 anos. O mais novo tem 23 anos e o mais o mais velho 50 anos. Vale ressaltar que, no campo, considera-se 35 anos uma boa média de idade.

Tabela 3 – Faixa etária dos entrevistados

Faixa de idade	Nº de associados
20 – 30	2
31 – 40	8
41 – 50	7
TOTAL	15

Fonte: dados de campo obtidos pela a autora (2017)

Observou-se que apenas dois associados tem idade inferior a 31 anos e se enquadram na faixa etária na qual identifica-se mais jovens que apresentam o desejo de sair, ou já saíram do campo, conforme considera o presidente da cooperativa. A maioria dos associados que possui entre 31 e 40 anos, são sucessores que trabalham em propriedades herdadas pelos pais. Eles possuem filhos com idades entre 6 e 20 anos, ou seja, uma faixa etária importante para iniciar um processo sucessório eficaz no futuro. Já os associados que possuem entre 41 e 50 anos, também sucessores, tem filhos que estudam em escolas técnicas ou estão na faculdade. Por isso, não demonstram interesse em permanecer no campo, causando preocupação com futuro da propriedade.

Cabe ressaltar uma mudança em relação ao número de filhos dos agricultores. Em décadas anteriores, os agricultores com 40 anos de idade tinham filhos com idades entre 13 a 20 anos, isto significa que mais cedo os pais tinham auxílio no trabalho. Hoje, a ajuda no trabalho demora mais. Outro fator é a quantidade de filhos. Tem-se, em média, um ou dois filhos e quanto menor for o número de filhos, menor será a chance de ter um sucessor.

A segunda questão do questionário fez referência ao tempo de associação com a cooperativa, que varia entre 20 e 40 anos. No entanto, todos os associados informaram que os pais já eram associados da cooperativa há muitos anos. Alguns deles, inclusive, desde a fundação. A parceria para eles sempre foi muito eficaz, auxiliando na busca por melhorias dentro da propriedade. Quando questionados se pretendem manter essa parceria com a Piá, 100% dos entrevistados responderam que sim. Sentem-se bem amparados e possuem destinação certa para o leite produzido, fator importante para eles. Questionados sobre qual a sua participação no trabalho diário dentro da propriedade, (questão 2 do apêndice II) 80%

responderam que fazem todo o trabalho, alguns sozinhos e outros, no caso dos associados do gênero feminino, o marido auxilia no trabalho mais pesado. Apenas um associado respondeu que não tem muita autonomia, apenas auxilia.

Para um dos associados (K), o trabalho dentro da propriedade está dividido em mão de obra e gestão. Recentemente, uniram-se em parceria com outros agricultores que não tinham terra para trabalhar. Desta forma, os agricultores fazem o trabalho de mão de obra e um associado, que é proprietário das terras, as gerencia, principalmente no tocante à produção de leite. Acreditam que, com isso, podem estar resolvendo o problema da sucessão da propriedade, caso os filhos optem por não dar continuidade. Essa parceria, então, garantiria a continuidade da produção.

Quanto ao interesse pelo curso, (questão 3 do apêndice II) foi questionado se procuraram por conta própria ou foram procurados pela cooperativa. Com exceção dos associados A e L, que ouviram a partir da emissora de rádio local, os demais foram convidados e foram até a cooperativa para conseguir informações. Outro associado D, foi por incentivo do pai e os demais foram participar do curso também a partir do convite da cooperativa.

A respeito da qualidade do curso, isto é, se as atividades realizadas atenderam todas as expectativas, evidenciou-se que tudo foi satisfatório, 100% responderam que sim. Além de satisfatório, superou suas expectativas. Consideraram o nível profissional dos professores excelentes. Para eles, o curso foi de alto nível e de muita relevância. São unânimes em afirmar sobre a importância das visitas técnicas realizadas uma vez ao mês pelo veterinário técnico, Marcelo Wichtman. Para eles, um dos fatores mais importantes do curso para aumentar a produtividade.

Como visto anteriormente por Abreu (2011), ensinar a empreender propõe ao jovem o sentido de inovar, progredir, superando as dificuldades da propriedade no seu dia a dia. Observando o conceito acima, é possível considerar que o papel do curso, em transformar os jovens em empreendedores foi satisfatório, uma vez que a grande maioria considera que são empreendedores. Apenas o associado M afirmou o contrário, por considerar que seus pais ainda são os donos da propriedade.

Em relação a ter algo que deva ser modificado no curso (questão 6 do apêndice II), ou seja, uma disciplina, um tema, tempo, carga horária, etc., 100% responderam que não existe nada que precise ser modificado. O curso atendeu suas

expectativas e ainda chegou a surpreendê-los. O Associado O, observou que o nível dos professores era elevado para o público com os quais estavam lidando. No entanto, quando foi questionado se teria que ser mudado o professor ou deveria ser revista a linguagem, comentou que não cabe diminuir o padrão de nenhum deles, mas sim, cabe aos produtores buscar qualificação e conhecimento para acompanhar as mudanças.

Durante as entrevistas, alguns associados relataram não terem tido a opção de escolha entre permanecer na propriedade ou seguir outro caminho, porém, quando decidiram se tornar um sucesso, o fizeram com dedicação. Todos afirmaram que pretendem continuar na propriedade, pois, seus projetos, até o momento, incluem manter a propriedade produtiva, aumentar a produção e manter a parceria com a Piá.

A última questão destinada a eles fez menção ao fato de que fosse oportuno favorecer a proximidade das crianças com a realidade do campo. E, com isso, já começar a pensar na garantia do processo de sucessão. Os associados C e O, acreditam que não, pois, para eles, o exemplo deve vir de casa e não de um fator externo como é a escola. Já os associados F, G e K acreditam que a escola tem um papel importantíssimo, mas que pouco faz para ajudar. Para eles, se houvesse um trabalho focado na imagem do agricultor e a desvalorização do que eles fazem, isso poderia vir a mudar o paradigma para o futuro. Ponderaram que as crianças não sabem de onde vem a alimentação, o leite e seus derivados. Elas, simplesmente, desconhecem essas informações. Nesse sentido, a educação é fundamental. Os associados restantes responderam acreditar que a escola pode auxiliar para o futuro.

Finalizando e resumindo a questão anterior, apenas dois dos associados entrevistados responderam não acreditar que a escola faça mais do que o exemplo doméstico. Dois não opinaram e os onze restantes acreditam no papel da escola como agente transformador.

Observando as repostas referentes às questões abordadas aos associados em se tratando do curso GPL, pode-se observar que a cooperativa preocupa-se com o futuro de seus associados e com a produção de leite de seus fornecedores diretos e parceiros imprescindível. A preocupação é válida, porém, a estratégia utilizada é amplamente imediatista. A cooperativa demorou a perceber a perda de seus associados e, mais adiante, qual foi motivo dessa perda. Todavia, uma vez

constatado o problema, a solução repercutiu imediatamente, com uma estratégia de paralisar esse processo. Neste quesito, é possível concluir, com base nas respostas das questões apresentadas, que o curso foi satisfatório e que atingiu seu público-alvo, pré-estabelecidos com intuito de ser possível alcançar seus objetivos específicos determinados pela Piá.

A partir do conteúdo teórico e das abordagens dos autores citados ao longo da construção deste estudo, a estratégia da Piá, em oferecer um curso que capacite os possíveis sucessores das propriedades, se mostrou eficaz, porque utilizou ferramentas da pedagogia da alternância, vivenciando a prática somado a teoria, observando as dificuldades enfrentadas pela agricultura familiar e sua importância no âmbito regional e mundial, mesmo sendo a Piá uma cooperativa e também empresa constituída que visa lucro, mas procura demonstrar os princípios inerentes a ela em prol de sua sobrevivência, de seus associados e do bem-estar social.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo teve por objetivo geral verificar as contribuições advindas da Cooperativa Piá no auxílio à problemática da sucessão na agricultura familiar, tendo em vista que o futuro da agricultura possa afetar diretamente sua produção e bom funcionamento. A Cooperativa, em parceria com demais entidades como REHAGRO e SESCOOP-RS, criaram e ofereceram o curso Gestão da Pecuária Leiteira (GPL), voltado para incentivar principalmente o jovem agricultor a ser um empreendedor rural. Com isso, as entidades envolvidas tencionam apresentar uma visão estratégica do leite como um negócio rentável se bem administrado.

O curso, inicialmente, não obteve procura por parte dos associados. O que pode ter ocorrido por tratar-se de uma proposta nova, porém, de acordo com as entrevistas realizadas com os integrantes da primeira turma (2013/2014), foi possível verificar a satisfação demonstrada por eles com a realização do curso. Com base nas análises das entrevistas, pode-se chegar ao segundo objetivo proposto pela autora, que foi o de verificar os resultados obtidos pelo programa. Foi possível verificar, assim, que os associados consideraram o curso excelente, tanto no tocante ao conteúdo teórico quanto prático.

Em relação ao conteúdo teórico, era de interesse da pesquisa verificar se haviam sido realizadas conversas ou quaisquer menções acerca do tema da sucessão agrícola familiar. Nesse sentido, os associados responderam que ocorreram alguns debates com profissionais e que o tema é algo preocupante, pois acreditam que os filhos estão mais perto de ir embora do que ficar na propriedade. Eles ponderaram que necessitam de ajuda para encontrar uma solução. Alguns acreditam que a comunicação entre pais e filhos seja muito importante para ajudar a desenvolver nas crianças o desejo de manter a propriedade dos pais. Um dos entrevistados relatou, inclusive, que se sente motivado porque acompanhou a rotina da propriedade desde pequeno e, ao longo dos anos, foi aumentando o desejo de investir e ampliar a produção, da mesma forma com que procura obter conhecimento sobre maquinários para diminuir o trabalho bruto. No entanto, alguns alegam que seria difícil continuar na propriedade, porque estas são pequenas e com pouca produção, o que inviabilizaria a manutenção da qualidade de vida. O problema da sucessão está no fato de que alguns pais não valorizam o trabalho dos filhos, o que faz com que estes, às vezes, prefiram trabalhar fora por um salário menor do que a

renda que poderiam receber se tivessem trabalhando na propriedade, visto que não são estimulados pelos pais para dar continuidade.

Chama a atenção a visão que esses agricultores/associados tem do seu negócio, da importância de seu papel na sociedade. Apresentaram uma postura mais confiante, pois sabem que existem problemas, principalmente referentes à sucessão, porém, sabem que não estão sozinhos. Há um nível de conhecimento que, em épocas anteriores, não era visto no meio rural. Atualmente, pode-se dizer que são agricultores bem informados, cientes de que precisam dar qualidade ao produto oferecido, que precisam de tecnologia para ajudá-los na mão de obra pesada. Eles sabem e querem produzir mais e melhor a cada dia. Para chegar a ter esse nível de conhecimento e qualificação, no caso, eles contaram com Cooperativa Piá, que tem conseguido manter com seus associados uma ligação direta, um canal aberto para ouvir o que necessitam e auxiliar da melhor maneira possível, seja através de cursos, assembleias, visitas técnicas, entre outras ações.

Foi possível concluir que os objetivos da cooperativa perante seus associados estão sendo atendidos. Em entrevista com o presidente da Piá, evidenciou-se a preocupação em resolver o problema da sucessão, porém ele considerou que precisa de uma proposta que possa ser desenvolvida a longo prazo, pautada pela união estabelecida entre os órgãos governamentais, bem como consolidando um processo pedagógico voltado para a realidade do campo. Esse trabalho deve acontecer em conjunto para que, com o tempo, seja mais solidificado.

Reconhece o presidente que o curso tenciona também promover ações que agilizem a resolução dos processos de sucessão. Por isso, foi e é necessário agir antes que os poucos jovens que ainda estão na região saiam de suas propriedades. Para tanto, o curso buscou a estratégia lucro, negócio rentável, para que o jovem sinta e veja que seu negócio pode ser ótimo para ele, que é possível ganhar bem, ter qualidade de vida e lazer igual ou melhor que a cidade.

Pode-se analisar o terceiro objetivo específico deste estudo, isto é, verificar se há um fator preponderante que sirva de motivação para a continuidade do jovem em meio rural. De acordo com o que foi visto até o momento, verificou-se a prevalência do fator financeiro, pois foi possível perceber que, com o aumento na produção de leite, a baixa nos custos e a assistência técnica gratuita durante a realização da capacitação, tais fatores possibilitaram uma maior renda ao associado. E, portanto, eles passaram a pensar em uma produção satisfatória para o futuro. Nesse sentido,

vale salientar que o leite precisa ter um destino certo, pois a cooperativa, enquanto se mantiver, sempre procurará o leite de associados locais.

Contudo, pode-se concluir que o curso se mostrou satisfatório ao seu público-alvo, assim como este estudo alcançou seus objetivos gerais e específicos. No tocante à problemática da sucessão familiar agrícola, com foco na diminuição do êxodo rural, ainda há muito que fazer para auxiliar a todos, porém foram levantados temas que vem se mostrando eficazes em outros estados ou municípios, como, por exemplo, o da Pedagogia da Alternância. Essa proposta pedagógica procura atender jovens e crianças, pois acredita-se que será por intermédio do desenvolvimento delas que se poderá ocorrer uma mudança possível e duradoura a respeito da imagem e valorização do homem do campo. Cabe a eles, crianças e jovens, o futuro da agricultura e, quanto mais cedo iniciar esse processo educacional e cultural, resultados mais satisfatórios serão concretizados a médio e longo prazo

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo et. al. **Juventude e Agricultura familiar: desafios dos novos padrões sucessórios**. Brasília. Unesco, 1998.

_____. **Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão**. Campinas: Hucitec/Unicamp, 1998.

ABREU, Katia. **Sustentabilidade no Campo**. Instituto Souza Cruz. Ano I, n. 2, p.9, 2011.

ACI – Aliança Cooperativista Internacional. **História do Cooperativismo**. Disponível em <<http://cooperativismodecredito.coop.br/>>. Acesso em: 18/12/2016.

AZEVEDO, Francisco F.; PESSÔA, Vera L. S. **O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar no Brasil: Uma Análise sobre a Distribuição Regional e Setorial dos Recursos**. Sociologia e Natureza, ano 23, n. 3, p. 483-496, 2011.

BIALOSKORSKI, Sigmundo. Agribusiness **Cooperativo**: Introdução – O que é uma cooperativa? In: ZYLBERSZTAJN, Décio et al. São Paulo: Pioneira, 2000. p. 235-254.

BOURDIEU, P. (2007 [1989]). **A identidade e a representação: elementos para uma reflexão crítica sobre a idéia de região**. In: *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

BUAINAIN, Antônio M.; ROMERO, Ademar R., GUANZIROLI, Carlos. **Agricultura Familiar e o Novo Mundo Rural**. Sociologias, v. 5, n. 10, p. 312-347, 2003.

CALIARI, Rogério O. **Pedagogia da Alternância e Desenvolvimento Local**. Lavras. Minas Gerais. Brasil, 2002.

CEDEJOR – **Centro de Desenvolvimento do Jovem Rural**. Disponível em: <http://www.jovemrural.com.br/index.php/o-que-e-o-cedejor/>. Acesso em 19/02/2017

Código Civil. Artigo 1829 - **Direito das Sucessões**. Disponível em: <https://lfq.jusbrasil.com.br/noticias/2599418/da-ordem-de-vocacao-hereditaria-no-codigo-civil-de-2002-aurea-maria-ferraz-de-sousa> Acesso em 22/12/16

COOP – Portal do cooperativismo financeiro. **História do cooperativismo**. Disponível em <<http://cooperativismodecredito.coop.br/>>. Acesso em 19/12/2016

CRESWELL, John, W. **Projeto de Pesquisa: Métodos qualitativo, quantitativo e misto**. Artmed. 3 ed. p. 209. Porto Alegre.

ESTEVAM, Dimas de O. et al. **O Desenvolvimento Rural através da Educação no Campo e do Cooperativismo Não Patronal: o caso da**

Cooperativa dos Agricultores Familiares do Vale do Capivari - COOPERRICA. Anais do I Circuito de Debates Acadêmicos. CODE, 2011.

ETGETO, Anderson A. et al. **Os Princípios do Cooperativismo e as cooperativas de crédito no Brasil.** Maringá Management: Revista de Ciências Empresariais, v. 2, n.1, p. 7-19, 2005.

FAO – *Food Agriculture. The state of food insecurity in the world.* Disponível em: www.fao.org/docrep/016/i3027e/i3027e00.htm Acessado em 14/12/ 2016.

FREITAS, Alair F., FREITAS, Alan F. **Os Alicerces Sociopolíticos do Cooperativismo de Crédito Rural Solidário na Zona da Mata de Minas Gerais.** Revista de Economia e Sociologia Rural, V. 51, n. 3, p. 433-454, 2013.

_____. **Interações entre organizações coletivas na promoção do desenvolvimento local.** INTERAÇÕES, v. 14, n. 2, p. 177-188, 201

_____. **Os frutos de um Brasil melhor, maior e mais justo!** Revista da ESPM, São Paulo, v. 93, n. 3, p. 29-34, mai/jun 2014.

GASSON, R.; ERRINGTON, A. *The farm Family business.* Wallingford: Cab. Internacional, 1993.

GAZOLLA, Marcio; SCHNEIDER, Sergio. **Qual “Fortalecimento” da Agricultura Familiar? Uma análise do Pronaf crédito de custeio e investimento no Rio Grande do Sul.** Revista de Economia e Sociologia Rural. v. 51, n. 1, p. 045-068, 2013.

GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar projeto de Pesquisa.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

_____. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa.** 4 ed. São Paulo: Atlas S.A., 2002.

GNOATTO, Almir A. et al. **Pedagogia da Alternância: Uma Proposta de Educação e Desenvolvimento no Campo.** Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural, Fortaleza, 2006.

GRISA, Cátia; JUNIOR, Valdemar J.W.; BUCHWEITZ, Vitor D. **Revisitando o Pronaf: velhos questionamentos, novas interpretações.** Revista Econômica e Social Rural, v. 52, n. 02, p. 323-346, 2014.

GRISA, Catia.; SCHNEIDER, Sergio. **“Plantar pro gasto”:** a importância do autoconsumo entre famílias de agricultores do Rio Grande do Sul. Revista de Economia e Sociologia Rural, vol. 46, nº 02, p. 481-515, 2008.

GUANZIROLI, Carlos E. et al. **Dez Anos de Evolução da Agricultura Familiar no Brasil: (1996 e 2006).** Revista de Economia e Sociologia Rural, v. 50, n. 2, p. 351-370, 2012.

GUILHOTO, Joaquim J. et. al. **A importância da agronegócio familiar no Brasil**. 2003. 356 f. Tese (Doutorado). (Pós-graduação em Economia). Rio de Janeiro, 2006.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/>>. Acesso em 10/12/ 2014.

IUDICIBUS, Sérgio de. **Análise de Balanços**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1988.

JESUS, José N. de. **A Pedagogia e o debate da Educação no/do Campo no estado de Goiás**. Revista Nera. Ano 14, n.18 – jan/jun, 2011.

KRESS, Cristina. **Sucessão: Uma história inspiradora**. O futuro da Agricultura O surgimento do empreendedorismo rural. *Global Farmers Master Class*, 2014.

MAPA - Ministério da agricultura, pecuária e abastecimento. Disponível em: www.agricultura.gov.br. Acesso em 16/12/ 2014.

MATTEI, Lauro. **O Papel e a importância da agricultura familiar no desenvolvimento rural brasileiro contemporâneo**. Revista econômica NE, Fortaleza, v.45 suplemento especial, p. 83-91, out/dez., 2014.

MENDRAS, Henry. **As Sociedades Camponesas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

MELLO, M. A. de, et. al. **Sucessão Hereditária e Reprodução Social na Agricultura Familiar**. Agricultura, São Paulo, 50(1): 11,24, 2003.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. Disponível em www.mda.gov.br/sitemda/tags/aqui-tem-agricultura-familiar. Acesso em 22/11/2016

MORAES, Abdalaziz. **Sustentabilidade no Campo**. Instituto Souza Cruz. Ano I, n. 2, p. 8, 2011.

MOZZATO, A.R.; GRZYBOVSKI, D. **Análise de Conteúdo como Técnica de Análise de Dados Qualitativos: Potencial e Desafios**. Curitiba, v.15, n. 4, p. 731-747, Jul/Ago 2011.

NETO, Sigmundo B. Agribusiness **Cooperativo**: Introdução – O que é uma cooperativa? In: ZYLBERSZTAJN, Décio et al. São Paulo: Pioneira, 2000. p. 235-254.

OCB – Organização das Cooperativas Brasileiras, 2008. Disponível em: <http://www.ocb.org.br>. Acesso em 15/12/ 2014.

OCEB –Portal Baiano dos Cooperados. Disponível em: <http://www.bahiaoperativo.coop.br/história-do-cooperativismo>. Acesso em 16, dez. 2014.

OCBMT – Sindicato e Organização das Cooperativas Brasileira no estado do Mato Grosso. A origem do dia internacional do cooperativismo. Disponível em <<http://www.ocbmt.coop.br/TNX/conteudo.php?sid=154&parent=80>> .Acesso em 21/12/2009.

OCERGS – Cooperativismo: história do cooperativismo. Disponível <<http://www.ocergs.coop.br/>>. Acesso em 11/12/ 2012.

PAGOTTO, Daniel. **Geração Agro: Princípios de Sucessão Familiar no Agronegócio**. Ebook Tratto Assessoria. 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA PETRÓPOLIS. Disponível em <<http://www.novapetropolis.rs.gov.br/capital.php>>. Acesso em 18/12/2015.

RELATÓRIO DE GESTÃO 2012/2103. **De hoje para o futuro. A trajetória da Cooperativa Piá**. Agência Matriz. Gráfica Dolika Afa, 2013.

RUFINO, J. L. dos S. **Origem e Conceito de Agronegócio**. Informe Agropecuário, Belo Horizonte, v. 20, n.199, p. 17-19, 1999.

SCHNEIDER, Sergio; OLIVEIRA, Daniela. **O futuro das unidades familiares: uma análise das possibilidades de sucessão hereditária entre agricultores ecologistas de Ipê (RS)**. Novos Tempos, v 12, n.2, p. 149-174, dez. 2009.

SCHNEIDER, Sergio; NIERDERLE, Paulo A. **A agricultura Familiar e as teses de doutorado do Brasil**. Transformação, v. 25(2), p.111-126, 2013.

SENAR – Serviço Nacional de Aprendizagem. Disponível em <<http://senarms.org.br/>>.

SPANVELLO, Rosani M.; LAGO, Adriano. **Arranjos e Encaminhamentos da Herança na Agricultura Familiar**. SOBER: Congresso da Sociedade Brasileira de Economia. UFRGS. Porto Alegre, RS. 2008.

STAKE, Robert, E. **Pesquisa qualitativa: estudando como as coisas funcionam**. Editora Penso. p. 31. Porto Alegre, 2011.

TOMAZZONI, E. L. (2007). **Modelo APL TUR Aplicado A Região das Hortênsias** (Rio Grande do Sul - Brasil). Tese de Doutorado, p. 183, 2007.

VEIGA, S, M; FONSECA, I. **Cooperativismo: uma revolução pacífica em ação**. Rio de Janeiro: DPeA, p. 107, 2001.

VERGARA, S. C. **Métodos de pesquisa em administração**. São Paulo: Atlas, 2005

WEISHEIMER, Nilson. **A Situação Juvenil na Agricultura Familiar**. Tese Doutorado. UFRGS. Porto Alegre, 2009

WITCHMANN, Marcelo. **Relatório Curso Gestão da Pecuária Leiteira**. Nova Petrópolis, 2013.

APÊNDICE I

ENTREVISTA COM PRESIDENTE DA COOPERATIVA PIÁ

1) Minha pesquisa se refere à sucessão na agricultura familiar, a Piá promove um curso com foco neste objetivo, o que gerou esta preocupação? Em que momento considerou que era necessário fazer algo a mais pelos cooperados e por quê?

2) O que o senhor consideraria como fator motivacional para que os agricultores, principalmente os mais jovens, permaneçam no campo?

3) Quais seus objetivos iniciais com a realização deste curso?

4) Foi realizado um processo de seleção em um primeiro momento?

5) O foco do curso é a gestão da pecuária leiteira, onde foi apresentado todo material sobre gestão, informação e tecnologias mais avançadas para uma melhor produção de leite dentro da propriedade. O senhor considera que o acesso a esses fatores podem ser considerados como fatores motivacionais para os mais jovens?

6) O curso está focado para agricultores mais jovens? Houve alguma negativa ou imposição por parte destes participantes?

7) Quanto à educação nas escolas, o senhor considera importante que desde pequenas, as crianças vivenciem e se conscientizem sobre a importância da agricultura?

8) A sucessão familiar por vezes dentro do âmbito familiar ocasiona indisposição e conflito entre seus membros. Em um primeiro momento onde conversei com Sr. Marcelo Wittmann, foi relatado que as famílias abriram espaço para a cooperativa participar desse diálogo. O que o senhor pensa a respeito dessa abertura de confiança?

9) O senhor acredita que o curso atendeu as expectativas dos cooperados? Concluiu de maneira satisfatória o que se propôs inicialmente?

10) Qual missão sua empresa deseja passar para a sociedade e principalmente para seus cooperados?

APÊNDICE II

ENTREVISTAS DESTINADA AOS AGRICULTORES COOPERADOS PARTICIPANTES DO CURSO.

- 1) Há quanto tempo é associado à Cooperativa Piá?
- 2) Qual papel você desempenha dentro da propriedade rural ao qual pertence? Você pretende dar continuidade a produção rural? E quanto a parceria com a cooperativa?
- 3) O que o fez participar do curso de Gestão de Pecuária Leiteira (GPL) oferecido pela Cooperativa Piá?
- 4) E como foi sua experiência com o curso? Após a conclusão você acredita que ele tenha atendido o que foi proposto ou ultrapassou suas expectativas?
- 5) O curso abrange temas como empreendedorismo rural. Você se considera um empreendedor rural?
- 6) Em sua opinião, teria algo a ser modificado no curso? Caso tenha o que seria?
- 7) Você se sente motivado em continuar no campo? Pretende dar continuidade nas atividades desenvolvidas pelos seus pais até o momento? Caso pretenda é de sua vontade, sente que o faz por ser sua vocação?
- 8) Você acredita que uma proximidade maior das crianças filhos de agricultores, desde pequenos na escola com a realidade em que vivem, podem auxiliar em motivação futura para continuidade no campo?